Título
6

BCP

Biblioteca de Conhecimentos Políticos

G. Pirogov

O Sistema Socialista Mundial

Edições Progresso

Biblioteca de Conhecimentos Políticos
6. – Título

G. Pirogov

O Sistema Socialista Mundial

Edições Progresso

Moscovo
1982

[illegible] José P. Barr[illegible]
Rua [illegible] Corr[illegible]. 226
Rosarinho - Recife - PE
Fone: ([illegible]) 241-3[illegible]

Tradução de *Iú Moskaltchenko*

Библиотека политических знаний
Выпуск 6

Г. Пирогов

МИРОВАЯ СОЦИАЛИСТИЧЕСКАЯ СИСТЕМА

На португальском языке

© Edições Progresso, 1982

П $\frac{10504-2}{016(01)-82}$ 275—82 0302030101

Sérgio José P. Barreto
Rua Regueira Costa
Rosarinho - Recife - PE
Fone: (081) 241-

Introdução

O sistema socialista mundial é uma comunidade de povos livres e soberanos que enveredam pela via de socialismo e comunismo e estão unidos pelos interesses e objectivos comuns e pelos laços de solidariedade internacionalista. No contexto desse sistema formou-se e está em aprofundamento contínuo a divisão internacional socialista do trabalho, está em formação um mercado mundial independente e desenvolve-se uma estreita cooperação económica, política e cultural.

A formação do sistema socialista mundial é o maior acontecimento histórico após a Grande Revolução Socialista de Outubro e a vitória do socialismo na União Soviética. A comunidade socialista que alcançou as posições de vanguarda do progresso social e aumenta progressivamente o seu poderio é a principal força revolucionária e o arrimo de todos os movimentos libertadores contemporâneos. Todos os processos que se operam na vida económica, sócio-política e cultural do mundo estão ligados, deste ou daquele modo, ao facto de como prossiga a confrontação entre dois sistemas sócio-económicos — o socialismo e o capitalismo. Os êxi-

tos dos povos de países socialistas na construção duma nova sociedade favorecem o ascenso do movimento operário e de libertação nacional, o reforço da causa de paz, democracia e libertação nacional, e a luta pela vitória do socialismo pelo planeta fora.

As forças progressistas e democráticas têm todo o interesse no reforço do socialismo e na sua defesa contra os atentados por parte do imperialismo e da reacção. O mundo novo e justo, que se constrói na base do trabalho heróico de povos livres em grandes áreas da Europa, Ásia, África e América Latina conta com o apoio crescente de trabalhadores de todos os países e é o protótipo do futuro de toda a Humanidade.

I. A FORMAÇÃO DO SISTEMA SOCIALISTA MUNDIAL

O sistema socialista mundial surgiu como o resultado lógico de desenvolvimento social. Previram o seu aparecimento os grandes fundadores da teoria revolucionária, K. Marx e F. Engels, que viram no socialismo mundial uma etapa necessária da evolução progressiva da civilização, isto é, da passagem das formas inferiores para as superiores. À semelhança do capitalismo que substituiu, pouco a pouco, as relações sociais do feudalismo (como outrora o feudalismo substituíra a escravidão), o socialismo deverá substituir inevitavelmente o sistema capitalista liquidando o regime explorador. Note-se, no entanto, que K. Marx e F. Engels, tomando em consideração que o desenvolvimento do capitalismo em todos os grandes países era relativamente igual, pressupuseram que as transformações socialistas se realizariam ali também mais ou menos ao mesmo tempo.

Aplicando de modo criador e enriquecendo a doutrina de Marx e Engels nas condições da nova fase do capitalismo, a imperialista, caracterizada pelo desenvolvimento não uniforme de algumas

das suas partes, V. I. Lénine, genial guia da revolução proletária, provou que a revolução socialista poderia ocorrer primeiramente num só ou numa série de países enquanto que a passagem de toda a Humanidade para um grau mais elevado do progresso se estenderá a uma época histórica inteira.

E foi precisamente assim que se aconteceu na realidade. A Rússia czarista veio a ser o elo mais fraco na cadeia do imperialismo, o primeiro que cedeu, face às contradições crescentes da sociedade capitalista e à pressão por parte dos movimentos revolucionários. Sendo um Estado capitalista de nível médio de desenvolvimento em que predominava a produção agrícola e revestido de sobrevivências feudais, a Rússia sofreu muito com o jugo despótico. A luta de massas populares foi encabeçada pela classe operária, activa nas suas acções, e que ocupava as posições-chaves na vida económica e social do país. Cedendo em termos numéricos ao campesinato, a classe operária era, no entanto, bem organizada e culta, possuía uma rica experiência de actividade revolucionária e foi dirigida pelo Partido Bolchevique, temperado em batalhas de classes e com V. I. Lénine à cabeça.

A Grande Revolução Socialista de Outubro, realizada em Outubro de 1917, na Rússia, abriu a primeira brecha no sistema capitalista mundial, do qual separou um grande país que ocupava um sexto do planeta e em que viviam cerca de dez por cento de toda a população da Terra. Foi inaugurada uma nova época histórica, a de passagem

do capitalismo para o socialismo. A par do capitalismo e de vastas regiões de relações pré-capitalistas, o sistema socialista começou a afirmar-se no globo, travando uma luta contínua contra o regime velho.

A onda revolucionária que se levantou em consequência do Grande Outubro, em muitos países do mundo, resultou na proclamação do poder do proletariado numa série de países da Europa, mas as repúblicas soviéticas ali promulgadas não conseguiram sobreviver num embate desigual com a burguesia local e estrangeira. Os revolucionários souberam vencer apenas em dois países da Ásia vizinhos da Rússia. A revolução anti-imperialista e anti-feudal realizou-se na Mongólia em cujo resultado foi estabelecido no país, em 1921, o regime popular democrático. Triunfou também a revolução de libertação nacional em Tuvá, onde, em 1921, foi proclamada a república popular. Todavia, na altura não se tratava da construção do socialismo naqueles países.

Ao longo de três decénios após a Revolução de Outubro, o sistema socialista foi representado por um único país — a União Soviética — país que foi obrigado enveredar sozinho, num prazo duradouro, pela via de transformações revolucionárias opondo-se aos atentados do mundo velho. Todavia, o povo da União Soviética suportou as provas duras caídas sobre os seus ombros. Frustrou todas as manobras dos inimigos externos e internos, criou, contando com a ajuda de trabalhadores de outros países, uma nova sociedade e transfor-

mou o seu país num poderoso baluarte do movimento revolucionário mundial.

Que país deveria seguir o exemplo da Rússia? A resposta a essa pergunta dependeu de muitas circunstâncias históricas e da situação concreta em certos trechos da frente mundial da luta contra o capital. Hoje, porém, ja sabemos qual era essa resposta. Nos finais e após a Segunda Guerra Mundial, as explosões revolucionárias retumbaram numa série de países da Europa e Ásia. Porque é que isso aconteceu precisamente aí?

Analisando meticulosamente os países em que venceram as revoluções, será possível marcar muitos traços gerais que lhes são característicos.

Há que notar, antes de tudo, que a maioria deles, salvo a Alemanha e a Checoslováquia,eram os Estados de desenvolvimento médio ou fraco em que predominava a produção agrícola a par das fortes sobrevivências feudais. A Albânia era um país semi-colonial, de baixo nível de desenvolvimento, de relações capitalistas e quase sem proletariado industrial. A China, o maior país do mundo no que se refere à população, estava extremamente atrasada no domínio económico.

Em todos os aqueles países o capital estrangeiro ocupava posições influentes, factor da exploração crescente dos trabalhadores e do surgimento de certas contradições entre a burguesia local e estrangeira. Em geral, os Estados imperialistas entravavam o desenvolvimento dos países dele dependentes, procurando mantê-los na qualidade de apêndice agrário e de matérias-primas.

O atraso da agricultura, característico dos países em questão, foi acompanhado pela severa exploração do campo, facto que revolucionou o campesinato e criou as premissas para as acções conjuntas com a classe operária.

Um outro traço geral daqueles países era a tensa situação política causada pelo domínio de regimes reaccionários e pela participação nas guerras imperialistas. Nos países referidos adquiriu um carácter amplo a luta contra o fascismo que decorria em formas bastante agudas. Essa luta que passou a ser um factor importantíssimo da vida nacional, imbricou-se organicamente com a luta do povo soviético contra a agressão fascista nos anos da Grande Guerra Pátria (1941-1945).

No processo da luta de libertação nacional e anti-fascista e da activização do movimento de massas, a cúpula burguesa-latifundiária e os seus partidos políticos perderam o controlo da vida política. Formou-se a situação revolucionária que, devido à linha estratégica e táctica acertada dos partidos comunistas, se materializou na revolução.

Cabe aqui assinalar o significado particular da actividade de partidos comunistas. A Internacional Comunista, criada em 1919, favoreceu a formação e a têmpera, em muitos países da Europa, Ásia e doutros continentes, dos partidos comunistas combativos e o reforço das suas relações com as massas. Partidos esses que contribuíram valiosamente para o ascenso da luta pela democracia e o socialismo, pela liberdade e independência nacionais.

Os êxitos do movimento revolucionário foram estreitamente ligados com a luta vitoriosa da União Soviética contra o fascismo nos anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a alteração operada, em consequência disto, na correlação de forças internacionais a favor da democracia e do socialismo.

Nos países da Europa Central e Sudeste foi liquidado, durante as acções militares, o aparelho militar e político que servia a defesa do poder das classes exploradoras, facto que facilitou a tarefa das forças revolucionárias. Ajudou-as ainda o facto de o Exército Soviético ter derrotado o grosso das tropas fascistas e libertado os territórios de muitos Estados europeus.

A actividade de forças revolucionárias internas teve, porém, um significado decisivo para a vitória da revolução. As transformações revolucionárias que abriram uma nova brecha na frente imperialista realizaram-se em 1944-1949 na Polónia, Checoslováquia, RDA, Bulgária, Roménia, Jugoslávia, Albânia, Vietname, Coreia do Norte e China.

Referimos a seguir as mudanças revolucionárias ocorridas nestes países e que resultaram na considerável ampliação dos confins do sistema socialista mundial.

Em 1944-1945, os ocupantes hitlerianos foram expulsos pelas tropas soviéticas com a participação do Exército Polaco do território da *Polónia*. Nas terras libertadas foi criado o Governo popular — Comité Polaco de Libertação Nacional. Os partidos operários, sindicatos, partido camponês

e outras organizações progressistas formaram a Frente Nacional que, por seu turno, formou os órgãos do novo poder estatal. Foram criados o Exército Popular, os órgãos de segurança estatal e a milícia. Formou-se o sector popular na indústria e, para além disto, foi estabelecido em todas as empresas o controlo de comités fabris eleitos pelos operários. Nos princípios de 1946, a classe operária conseguiu a nacionalização da indústria grande e média, facto que minou definitivamente as posições económicas da burguesia. Anteriormente, a partir de Outono de 1944, começou a ser realizada no país a reforma agrária em resultado da qual foi liquidada a classe de latifundiários e mais de 1 milhão de famílias camponesas receberam parcelas de terra. Superando a resistência da burguesia, às vezes bastante aguda, a classe operária uniu as suas fileiras, reforçou a aliança com o campesinato e conseguiu o reconhecimento na qualidade do verdadeiro dirigente da sociedade. Em 1949, o país entrou na via de construção socialista.

Em Setembro de 1944 realizou-se na *Bulgária* a insurreição popular que derrubou o governo fascista. Os operários apoiados pelos destacamentos de guerrilha e as tropas foram a força principal desta insurreição. A revolução que se desenrolou no país era, pelo seu conteúdo, socialista desde o início. Conteúdo esse que foi garantido pela quase completa unidade da classe operária a quem coube a hegemonia na Frente Patriótica e quem tomou o poder, devido à fraqueza da grande burguesia e à ausência dos latifundiários. Foi criado

o sector estatal que, após a nacionalização de toda a grande e média indústria, no final de 1947, passou a ser dominante na economia nacional. Realizavam-se simultaneamente a reconstrução socialista da agricultura e a cooperativização gradual do campesinato, concluída até ao final dos anos 50.

A derrota pelo Exército Soviético das principais forças de tropas alemãs nazis possibilitou ao Exército Popular Libertador da *Albânia,* fundado em Julho de 1943, libertar por completo, até aos finais de Novembro de 1944, o seu país dos invasores. Foi estabelecido o poder da Frente Popular Libertadora, poder que representava em si a ditadura revolucionário-democrática da classe operária e do campesinato. Superando a resistência dos elementos contra-revolucionários, o novo poder concretizou a confiscação das terras de latifundiários e, em parte, das dos «kulaks». Em Janeiro de 1946, a Assembleia Constituinte proclamou a Albânia República Popular, sendo aprovada, a seguir, a Constituição que confirmou legislativamente as transformações políticas e sociais radicais realizadas em consequência da revolução popular-democrática.

O dia de 23 de Agosto de 1944, em que os trabalhadores romenos, aproveitando-se das condições favoráveis criadas pelas vitórias do Exército Soviético, desencadearam a insurreição armada e derrubaram a ditadura militar-fascista, veio a ser o início da revolução na *Roménia.* Os Comités da Frente Operária Unida expulsaram dos órgãos de poder locais os fascistas, estabeleceram o controlo operário sobre a produção e contribuíram para o fomento da reforma agrária. Em Março de 1945, foi formado o Governo democrático que estabeleceu o controlo sobre a indústria e ampliou os direitos dos trabalhadores. Em Novembro de 1947, depois de ter sido descoberta conspiração contra-revolucionária de burguesia, foram afastados do Governo os seus últimos representantes. Em 30 de Dezembro, foi liquidada a monarquia e proclamada a República Popular da Roménia, facto que permitiu à classe operária e os seus aliados começarem a concretizar as tarefas socialistas.

Em Dezembro de 1944, foi formado o Governo Provisório Nacional na *Hungria.* Foram dissolvidas as organizações fascistas e fundados a polícia popular, o novo Exército e os comités fabris para exercer o controlo sobre as empresas. Foi promulgado o decreto sobre a reforma agrária, decreto que previu a liquidação das propriedades latifundiárias e entrega de terra aos camponeses. Em 31 de Janeiro de 1946, o país foi proclamado República. Contando com o apoio da maioria dos sociais-democratas e dos sindicatos, os comunistas conseguiram a nacionalização da indústria pesada e, a seguir, a aprovação da lei sobre o plano trienal de recuperação económica. Durante a concretização deste plano conseguiu-se o reforço do regime popular-democrático. Em Agosto de 1949, a Hungria foi proclamada a República Popular e foi aprovada uma nova Constituição que fixou as transformações sócio-económicas radicais.

A vitória do Exército Soviético criou tam-

bém as condições favorávies para o triunfo das forças democráticas na *Checoslováquia*. Em Abril de 1945, foi formado o primeiro Governo da Frente Nacional em cuja composição entraram, a par dos comunistas e sociais-democratas, também os representantes dos partidos burgueses. Por todo o país se iam criando os órgãos revolucionários de poder sob a forma dos comités nacionais. Em consequência das eleições realizadas em Maio de 1946, os comunistas obtiveram a maioria parlamentar. Estabeleceu-se no país o regime popular-democrático que assegurou a ampliação de direitos económicos e sociais dos trabalhadores e a sua participação na direcção do Estado. Todavia, a luta da classe operária pela transformação da revolução nacional-democrática em socialista confrontou-se com a resistência tenaz da burguesia checoslovaca cujas posições eram muito mais fortes em comparação com as posições burguesas na maioria de outros países da Europa Oriental. Em Fevereiro de 1948, a burguesia empreendeu uma tentativa de golpe contra-revolucionário que, aliás, foi frustrada pelas massas populares. A classe operária na união com o campesinato laboral estabeleceu definitivamente a sua ditadura e começou a realizar as tarefas da construção socialista e profundas transformações na indústria, agricultura e na esfera espiritual.

Em Outubro de 1944, o Exército Popular de Libertação da *Jugoslávia,* que já tinha varrido os invasores de uma considerável parte do território do seu país, libertou, com a ajuda do Exército Soviético, a cidade de Belgrado e as regiões do Norte do país. Em Março de 1945, foi formado o Governo democrático e já em Novembro, a Assembleia Constituinte eleita pelo povo aboliu a monarquia e proclamou a República Popular Federada da Jugoslávia. As transformações democráticas realizadas ao longo da luta contra os invasores e os seus sequazes tiveram desde o seu início um carácter radical e socialista.

Na *Alemanha Oriental* o processo de desenvolvimento revolucionário revestiu-se de particularidades relevantes. Se nas zonas ocidentais da Alemanha, as autoridades ocupantes dos EUA, da Inglaterra e da França criaram obstáculos ao desenvolvimento do movimento democrátcio, na Alemanha Oriental, a administração militar soviética guiando-se pelas resoluções da Conferência das potências vencedoras em Potsdam (Julho de 1945) realizou profundas transformações democráticas. Renasceram as organizações operárias, fundou-se o partido unificado da classe operária — Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) — que se transformou até ao ano de 1950 num partido revolucionário marxista-leninista. O PSUA e outras organizações progressistas realizaram a reforma agrária que liquidou a propriedade dos latifundiários sobre a terra, criaram o sector popular na indústria e concretizaram a democratização da instrução popular.

Resultou na vitória a luta anti-feudal e anti-imperialista contra os colonizadores franceses e ocupantes japoneses (1930-1945) travada pelo po-

vo do *Vietname* sob a direcção do Partido Comunista de Indochina. Em meados de Agosto de 1945 iniciou-se no país a insurreição vitoriosa contra os invasores japoneses. Além do Exército Popular de Libertação, a cujo lado passou uma parte das tropas do Governo fantoche, na insurreição participaram as organizações operárias (sindicatos), destacamentos de auto-defesa, muitos camponeses e camadas médias da cidade. Em consequência da revolução de Agosto, a 2 de Setembro de 1945 foi proclamada a República Democrática do Vietname. A Assembleia Nacional eleita pelo povo aprovou a Constituição que fixou a completa independência nacional do país e a sua reconstrução na base democrática.

No entanto, a invasão dos colonizadores franceses em 1946 interrompeu a concretização dos planos de construção. O povo vietnamita foi obrigado a começar a longa guerra de Resistência, guerra essa que resultou em 1954 na derrota dos colonizadores. Note-se, aliás, que uma parte do país, ao Sul do paralelo 17, continuou nas mãos da burguesia, ligada ao capital estrangeiro e dos latifundiários. Na parte norte do Vietname foram realizadas profundas transformações de modo que, nos inícios dos anos 60, triunfaram em todas as esferas da vida social as relações socialistas.

Dentro em pouco, a República foi obrigada a passar por mais uma dura prova — a guerra agressiva desencadeada em 1965 pelo imperialismo americano. Com o apoio da União Soviética e

outros países irmãos o povo vietnamita venceu os agressores e em 1975 conseguiu a libertação e unificação do seu país. No território de toda a República Socialista do Vietname de 50 milhões de habitantes iniciou-se a construção do socialismo.

Em consequência da vitória dos aliados (URSS, EUA, Grã-Bretanha) na Segunda Guerra Mundial, o povo da *Coreia* foi libertado do jugo do imperialismo japonês. O território ao Sul do paralelo 38 foi ocupado pelas tropas americanas. Em Agosto de 1946, resultando da unificação do Partido Comunista e do Partido Popular, foi fundado o Partido do Trabalho da Coreia, que passou a ser o núcleo dirigente das organizações sociais e estatais do país. Este partido estava à frente do processo de importantes transformações políticas e económicas que fomentaram as condições para a formação dum Estado democrático. Em Setembro de 1948, foi proclamada a República Popular-Democrática da Coreia que optou pela via da construção socialista.

Resultaram também em vitória os decénios da luta revolucionária do povo da *China*. Povo que travou uma guerra revolucionária agrária em 1927-1937, a guerra contra os invasores japoneses em 1937-1945 e as guerras de libertação nacional contra a camarilha reaccionária do Kuo-min-tang. Estas guerras imbricaram-se estreitamente com o processo da revolução democrática, iniciado em 1919. As vitórias do Exército Popular de Libertação da China encabeçado pelos comunistas foram de significado importante para o êxito da revolu-

ção. O Comité Político Consultivo do Povo em que participaram os representantes de todas as organizações operárias, camponesas, de camadas médias da cidade e duma parte da burguesia, proclamou, a 1 de Outubro de 1919, a formação da República Popular da China. Em consequência da vitória da revolução foi estabelecido o poder popular que era, na realidade, a ditadura de classe operária e do campesinato. Tudo isto criou a premissa política para a passagem da China à construção do socialismo.

No período posterior operaram-se novos acontecimentos revolucionários. Em 1959, triunfou a revolução em *Cuba,* revolução que veio a ser o efeito da extrema agudização das contradições de classe no país, bem como das contradições entre o povo cubano e o imperialismo americano que, de facto, avassalou Cuba. Na segunda metade dos anos 50, criou-se pouco a pouco a situação revolucionária no país. Um grupo de revolucionários, encabeçados por F. Castro, formou o Exército de Guerrilha que, contando com o apoio crescente de várias camadas do povo, conseguiu triunfar sobre as forças do ditador Batista. Em Cuba triunfou a revolução nacional-libertadora, anti-imperialista e anti-latifundiária cujas forças motrizes eram operários, camponeses, camadas médias e uma parte da burguesia. O papel dirigente na luta revolucionária pertenceu aos trabalhadores das cidades e do campo, cujo número ascendia a cerca de um milhão de pessoas. A concretização de etapa democrática da revolução (1959-1961) e a

entrada de Cuba na fase da revolução socialista efectuaram-se sob a direcção da democracia revolucionária representada mormente pelo Exército de Guerrilha, encabeçado por F. Castro, e pela sua organização política «Movimento de 26 do Julho» com a máxima participação dos comunistas cubanos.

Em 1976, o *Laus* entrou na família de países socialistas. O povo deste país resistiu aos ataques de agressores imperialistas ao longo de quase um século. Em 1973-1975, desenvolveu-se no Laus a revolução nacional-democrática, favorecida pelas vitórias dos povos irmãos vizinhos no Vietname e Kampuchea. Em 1975, realizou-se, sob a direcção do Partido Popular Revolucionário do Laus, a insurreição nacional que resultou na derrota completa das forças militares e políticas de burguesia que servia os interesses estrangeiros, da burocracia militar e dos feudais reaccionários locais, a serviço, primeiramente, dos colonizadores franceses e, depois, do imperialismo americano. A vitória da insurreição marcou o fim da etapa nacional-democrática da revolução a que se seguiu a passagem directa ao socialismo, sem passar pela etapa capitalista.

O processo revolucionário, na maioria dos países socialistas, passou por duas etapas estreitamente entrelaçadas: a de democracia nacional e a socialista. Durante a primeira foram frustradas as posições económicas e políticas da grande burguesia e dos latifundiários, liquidado o domínio do capital estrangeiro e democratizadas as principais in-

Países que fazem parte do sistema socialista (1982):

	território (mil km²)	população (milhões de hab.)
Albânia	28,7	2,6 (1979)
Bulgária	111	8,9 (1977)
Checoslováquia	127,9	15 (1978)
China	9.600	mais de 960 (1979)
Cuba	111	9,7 (1976)
Hungria	93	10,7 (1978)
Jugoslávia	255,8	22 (1978)
Laus	237	3,5 (1979)
Mongólia	1.565	1,6 (1978)
Polónia	313	35,2 (1979)
RDA	108	16,8 (1977)
RPDC	121,2	cerca de 17 (1975)
Roménia	237,5	21,9 (1979)
União Soviética	22.400	265 (1979)
Vietname	333	cerca de 50 (1976)

stituições políticas do Estado. No entanto, a burguesia mantinha certa influência na economia e política, participou em governos de coligação e foram consideráveis as suas posições na vida ideológica.

Na medida do reforço de posições dos trabalhadores que conseguiram o acesso ao poder, da agudização da luta de classes e dos anseios crescentes de todas as camadas da população às mais profundas transformações e à liquidação de quaisquer formas de exploração, realizava-se a passagem à segunda etapa, isto é, à etapa socialista da revolução cujos elementos, em grau maior ou menor, já tinham existido na primeira etapa. Ao mesmo tempo,

assistiu-se a uma coesão progressiva de várias camadas da população — a classe operária, o campesinato e outras camadas intermédias, parte da burguesia média progressista. Por outras palavras, assistiu-se à ampliação progressiva da base social da revolução, apercebendo-se a necessidade do socialismo, não só pela classe operária mas também pelas massas populares cada vez mais amplas.

Em certos países a revolução triunfou logo como socialista.

Etapas da revolução nos países socialistas

	Etapa de revolução democrática	Início de etapa de revolução socialista e estabelecimento da ditadura do proletariado
Albânia	1939-1945	1946
Bulgária	—	1944
Checoslováquia	1944-1947	1948
China	1919-1949	1949
Cuba	1959-1961	1961
Hungria	1944-1947	1948
Jugoslávia	1941-1945	1945
Laus	1973-1975	1976
Mongólia	1921-1940	1940
Polónia	1944-1947	1947
RDA	1945-1949	1949
RDPC	1945-1946	1946
Roménia	1944-1947	1948
União Soviética	1905-1907	
	Março-Outubro de 1917	Novembro de 1917
Vietname	1930-1954	1954

A formação de novos Estados socialistas, o surgimento e a afirmação do novo regime realizaram-se numa estreita interacção, em primeiro lugar, com a União Soviética, primeiro país socialista que acumulou as maiores forças e experiência. Era muito variada a sua influência sobre o processo de formação do socialismo mundial.

O papel da União Soviética verificou-se, antes de mais, por este processo ter decorrido num ambiente histórico mais favorável, isto é, em condições de cada vez maior enfraquecimento do capitalismo. Se a Revolução de Outubro recebeu mormente o apoio moral e político do proletariado internacional, os países da democracia popular já contaram, na pessoa do primeiro Estado socialista do mundo, com a ajuda poderosa económica, militar-política e ideológica. A existência da União Soviética fazia obstáculo a uma intervenção armada do imperialismo contra estes países. Goraram também as tentativas do bloqueio económico em relação aos países de democracia popular. A posição internacionalista activa da União Soviética ajudou as fôrças revolucionárias destes países a concretizarem as transformações radicais democráticas e depois socialistas. A URSS prestou-lhes grande apoio político e económico e ajudou os países da democracia popular a reforçarem as suas posições internacionais.

As formas mais agudas da luta revolucionária foram utilizadas na sua primeira etapa. Se a luta contra o fascismo e a reacção, contra os ocupantes estrangeiros e seus cúmplices burgueses e latifundiários, assim como a conquista da libertação nacional realizaram-se na maioria dos países da democracia popular por via armada, o desenvolvimento posterior de transformações democráticas e a passagem para os carris de desenvolvimento socialista decorreram, numa série de países, de forma relativamente pacífica: sem insurreição armada nem guerra civil.

Na Bulgária, por exemplo, o poder foi conseguido através da insurreição armada. Na Jugoslávia através duma longa guerra de libertação nacional. O estabelecimento da ditadura do proletariado na Polónia era acompanhado também pelos elementos da luta armada. Afinal de contas, era relativamente pacífica a passagem do poder às mãos do proletariado na Hungria, Checoslováquia e noutros países. Isto foi condicionado pelo facto de a máquina burguesa e latifundiária de Estado ter sido quebrada, na parte maior, ainda durante a guerra e no decorrer de transformações democráticas que a seguiram e de a classe operária ter possuído a seu lado a supremacia patente de forças.

A ditadura do proletariado foi estabelecida nos marcos de institutos políticos então existentes. Por exemplo, o Partido Comunista da Checoslováquia procurava que o Parlamento aprovasse as resoluções correspondentes à vontade do povo e que as transformações democráticas e socialistas se realizassem com base na legislação. Em Fevereiro de 1948, a burguesia checoslovaca tentou um golpe contra-revolucionário, o qual, aliás, foi liquida-

do pela classe operária sob a direcção do Partido Comunista, através de meios pacíficos.

A vitória da etapa democrática da revolução na China, Coreia do Norte, Vietname e Cuba foi conseguida por meio da luta armada contra os imperialistas e forças de reacção interna, contra os colonizadores e os seus sequazes. Entretanto a passagem destes países da etapa democrática de revolução para a socialista possuiu um carácter pacífico, no fundo, graças à classe operária no poder e ao enfraquecimento do aparelho militar-burocrático velho.

Por volta de 1948-1949, foi concluída nos países de democracia popular, a derrota política da burguesia como classe, centrando a classe operária e os seus aliados todo o poder político nas suas mãos. Por ter sido nacionalizada a indústria, os exploradores internos e as posições do capital estrangeiro sofreram um golpe demolidor, criando-se assim a possibilidade de desenvolver a economia com base na propriedade social de todo o povo. As reformas agrárias resultaram na liquidação da classe dos latifundiários e na passagem da terra aos camponeses. Reforçou-se a aliança da classe operária e do campesinato. Fundou-se assim um vasto terreno para as bruscas alterações na vida espiritual da sociedade e para uma enorme divulgação do marxismo-leninismo. Tudo isto significou que nos países de democracia popular as revoluções socialistas acabaram por triunfar. Triunfou ainda na mesma altura a revolução popular na China.

Os anos 50 vieram a ser para os povos, que enveredaram pela via socialista, o período de passagem do capitalismo ao socialismo e o da criação de fundamentos de uma nova sociedade.

Possuindo a maioria dos países, em que se deram as revoluções socialistas, um nível relativamente baixo de desenvolvimento económico, era de premente importância a acelerada criação da base técnico-material necessária para a reconstrução socialista da sociedade.

Na medida da concretização dessa tarefa, revelaram-se, e de um modo cabal, as vantagens do sistema de economia socialista planificada, das relações de internacionalismo proletário e da ajuda mútua de camaradas entre os países socialistas. Apesar do severo bloqueio político e económico praticado pelos EUA e outros Estados imperialistas em relação aos países do sistema socialista, o que lhes custou enormes esforços e despesas visando os fins defensivos, esses países têm sabido não só garantir a sua independência económica, como ainda avançar consideravelmente na emulação económica com o mundo capitalista. Se nos países do CAME[1] a renda nacional aumentou, em 1950-1960, 2,5 vezes, nos países capitalistas economicamente desenvolvidos apenas 1,5. A produção industrial nos países socialistas cresceu, no período de 1950 a 1960, 3,6 vezes, no resto mundo 1,7 cifrando-se a mesma nos países capitalistas desenvolvidos apenas em 64%.

[1] Conselho de Ajuda Mútua Económica (Ver pormenores na pp. 47-48).

Em alguns países, o difícil processo da construção de uma sociedade nova e de superação da resistência por parte dos inimigos do socialismo causou-lhes despesas consideráveis. Houve casos em que se assistiu a uma subestimação das particularidades de desenvolvimento do país, ou, ao contrário, se menospresaram as regularidades gerais da construção do socialismo, acentuando-se a particularidade nacional e contrapondo-se os interesses nacionais aos gerais e aos objectivos da comunidade socialista. Os pontos de vista revisionistas e nacionalistas passados a vigorar em alguns países foram fomentados pelos restos das classes derrubadas e por parte das camadas pequeno-burguesas. Os círculos revisionistas e nacionalistas contaram com um apoio activo da reacção internacional que, ao malograr nas tentativas de impedir o surgimento de Estados socialistas, apostou no seu enfraquecimento e cisão interna. Na maioria dos casos, o revisionismo e o nacionalismo esbarraram com o rechaço consequente dado pelos partidos comunistas e a classe operária e não lograram refrear, de modo palpável, o proseguimento do desenvolvimento social. No entanto, em países onde estes tiveram divulgação, a causa do socialismo sofreu grandes prejuízos. Na Hungria, em 1956, a reacção interna e externa, aproveitando-se dos erros cometidos pela direcção e que resultaram no enfraquecimento da ligação do Partido às massas, tentou derrubar o regime socialista.

Os partidos irmãos, tendo em conta a experiência da construção duma nova sociedade, en-

riqueceram e aperfeiçoaram a sua táctica e estratégia. A linha do XX Congresso e dos Congressos ulteriores do Partido Comunista da União Soviética, visando o restabelecimento e o reforço das normas leninistas de vida do Partido e de Estado, a maior fundamentação científica da política e a concretização consequente na prática dos princípios do internacionalismo socialista, acabou por ser de uma grande importância para o desenvolvimento progressivo do socialismo mundial.

Nos finais da década de 50 e início da de 60, os países socialistas entraram na sua nova etapa de desenvolvimento. A União Soviética entrou na etapa da sociedade socialista desenvolvida enquanto os outros países socialistas tinham concluído a construção dos fundamentos do socialismo. A criação dos fundamentos do socialismo concluiu-se, segundo consideram os partidos comunistas respectivos, na Bulgária em 1958, na Checoslováquia em 1961, na Hungria em 1962, na Mongólia em 1960 e na RDA em 1958. Consolidaram-se o poder político dos operários e camponeses e a propriedade social socialista dos meios de produção. Os países, que sob o capitalismo eram os «apêndices» agrários e de matérias-primas das potências imperialistas, transformaram-se em Estados industriais-agrários desenvolvidos capazes de resolver grandes tarefas sociais e culturais.

A construção da sociedade do socialismo desenvolvido na União Soviética e dos fundamentos do socialismo noutros países irmãos é o grande sucesso do socialismo mundial, o progresso

nas esferas sócio-política e ideológica. A Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 concluiu que «agora, não só na União Soviética, mas também noutros países socialistas, estão liquidadas as possibilidades sócio-económicas de restauração do capitalismo»[1].

Os partidos comunistas irmãos de outros países socialistas passaram também, na segunda metade dos anos 60, à construção do socialismo desenvolvido.

A etapa do socialismo maduro, desenvolvido em todos os países socialistas, independentemente das suas particularidades, é um elo necessário e lógico das transformações socialistas, é um período relativamente longo de desenvolvimento na passagem do capitalismo rumo ao comunismo.

A concepção da sociedade socialista desenvolvida foi elaborada pelos partidos comunistas irmãos com base na grande experiência prática acumulala e profundos trabalhos teóricos que assentam na característica, dada por V. I. Lénine, da sociedade socialista desenvolvida, como a etapa da primeira fase da sociedade comunista em que o socialismo se afirmou plenamente e conseguiu a vitória final. O socialismo desenvolvido é, como estipula a Constituição da URSS, uma «sociedade em que foram criadas poderosas forças produtivas, uma ciência e uma cultura avançadas; uma

[1] *Os Documentos Programáticos da Luta pela Paz, a Democracia e o Socialismo,* Moscovo, 1964, p. 49 (ed. russa).

sociedade em que aumenta constantemente o bem-estar do povo e se criam condições cada vez mais favoráveis ao pleno desenvolvimento do indivíduo»[1]. Formou-se e encontrou o seu desenvolvimento progressivo o modo de vida socialista, fenómeno completamente novo, em princípio, na História da Civilização Mundial. Modo esse que é caracterizado pela libertação do trabalho da exploração e sua transformação na obrigação geral dos membros da sociedade e no meio de desenvolvimento do indivíduo. Estabelece-se uma autêntica colectividade na sua estreita imbricação com as iniciativas individuais. O homem torna-se o valor máximo da sociedade, as suas relações com a sociedade ficam cada vez mais harmónicas. O modo de vida socialista está permeado pelo espírito do internacionalismo.

Na segunda metade dos anos 70 e inícios dos 80, os trabalhadores da Bulgária, Hungria, Checoslováquia, RDA e Roménia continuam a construção do socialismo desenvolvido criando as premissas necessárias para uma passagem progressiva ao comunismo. Os trabalhadores da Roménia concretizam o programa da construção em todos os sentidos do socialismo desenvolvido e de avanço, rumo à sociedade comunista. Os povos da Jugoslávia conseguiram novos êxitos na construção do socialismo. Foi concretizado na Mongólia o programa de construção do socialismo e de transfor-

[1] *Constituição (Lei Fundamental) da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,* Edições Progresso. Moscovo, 1981, ed. em português.

mação da RPM num país industrial-agrário. Cuba avançou, em termos consideráveis, pela via de transformações socialistas. O povo do Vietname está empenhado em resolver a tarefa nada fácil de reconstrução e dēsenvolvimento da sua economia destruída pela guerra e constrói a sociedade socialista. Realiza-se no contexto de uma difícil luta pela reunificação nacional com base na democracia, a construção do socialismo na República Democrática Popular da Coreia. Conseguem profundas transformações, em todas as esferas da vida social, o Laus e a República Popular do Kampuchea, países que enveredam pela via de desenvolvimento socialista evitando a etapa capitalista.

Hoje em dia, os países da comunidade socialista estão na sua idade madura, altura em que se torna cada vez mais nítida a natureza socialista, de facto, da nova sociedade e as suas vantagens em relação ao capitalismo. Subiram a um nível económico que lhes permite resolver as tarefas qualitativamente novas e de envergadura cada vez maior. Assiste-se a alterações profundas e progressistas que se operam na estrutura territorial e de sectores da produção social, técnica e tecnológica, na qualidade e carácter do trabalho e nas relações de produção socialistas. Os partidos comunistas de países socialistas seguem o curso que visa o aumento da qualidade e eficácia da produção e de toda a espécie da actividade social por meio da cada vez mais ampla introdução das conquistas do progresso técnico-científico combinando-as com

as vantagens do socialismo. Desenvolve-se e aperfeiçoa-se a democracia socialista.

As conquistas alcançadas pelos países socialistas em diferentes esferas da vida social tiveram, nos últimos anos, a sua respectiva formulação legislativa, nomeadamente, nas novas Constituições. As novas Constituições foram aprovadas: na RDA em 1968, na Bulgária em 1971, na Hungria em 1972, na Roménia em 1975. Em 1977, foi aprovada a nova Constituição da URSS, documento que representa em si a Lei Fundamental do país que já construiu a sociedade socialista desenvolvida.

No decorrer da construção socialista operou-se uma alteração essencial da estrutura de classes da população. Neste caso já não há os latifundiários nem os capitalistas, tornando-se a classe operária a força motriz da sociedade, classe que cresceu, se fortaleceu e se temperou no processo de profundas transformações socialistas. Por exemplo, na Hungria, o número dos operários aumentou três vezes, em comparação com o de 1938, na Polónia duas vezes. Passou a ser completamente outro o campesinato, o qual que fora pequeno e disperso, vivendo à custa da propriedade privada, se tornou num campesinato unido em cooperativas.

Contudo, no seu desenvolvimento progressivo, os países socialistas deparam com problemas nada simples. Faz-se sentir o facto de muitos dos países hoje socialistas terem sido dominados durante muito tempo, antes da revolução, pelos monopólios imperialistas e acabarem por estarem atrasados no

Percentagem da população por grupos sociais[1]

(em relação a toda a população segundo os resultados de recenseamentos)

<table>
<tr><th></th><th></th><th>Operários e empregados</th><th>Campesinato cooperado e artesãos</th><th>Camponeses individuais e artesãos não cooperados</th><th>Pessoas de profissão livre, outros grupos da população</th></tr>
<tr><td>Bulgária</td><td>1956</td><td>43,9</td><td>37,0</td><td>18,1</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td></td><td>1975</td><td>83,8</td><td>15,4</td><td>0,4</td><td>0,4</td></tr>
<tr><td>Checoslováquia</td><td>1961</td><td>84,2</td><td>11,9</td><td>3,8</td><td>0,1</td></tr>
<tr><td></td><td>1977</td><td>89,6</td><td>9,6</td><td>0,8</td><td>—</td></tr>
<tr><td>Cuba</td><td>1953</td><td>57,9</td><td>0,1</td><td>41,4</td><td>0,6</td></tr>
<tr><td></td><td>1970</td><td>69,5</td><td>18,8</td><td>11,2</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Hungria</td><td>1970</td><td>75,5</td><td>21,4</td><td>2,8</td><td>0,3</td></tr>
<tr><td>Mongólia</td><td>1963</td><td>46,5</td><td>53,3</td><td colspan="2">0,2</td></tr>
<tr><td></td><td>1969</td><td>56,4</td><td>43,5</td><td colspan="2">0,1</td></tr>
<tr><td>Polónia</td><td>1960</td><td>60,4</td><td>2,7</td><td>36,6</td><td>0,1</td></tr>
<tr><td></td><td>1974</td><td>72,2</td><td>3,7</td><td>23,8</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>RDA</td><td>1964</td><td>80,5</td><td>11,5</td><td colspan="2">8,0</td></tr>
<tr><td></td><td>1971</td><td>82,3</td><td>11,7</td><td>3,7</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>Roménia</td><td>1956</td><td>37,0</td><td>8,3</td><td>53,7</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td></td><td>1966</td><td>52,2</td><td>40,9</td><td>6,1</td><td>0,8</td></tr>
<tr><td>URSS</td><td>1959</td><td>68,3</td><td>31,4</td><td>0,3</td><td>—</td></tr>
<tr><td></td><td>1977</td><td>84,9</td><td>15,0</td><td>0</td><td>—</td></tr>
</table>

seu desenvolvimento económico. Conhecidas dificuldades provêm das desproporções na economia, causadas pelos poucos recursos de matérias-primas e crescimento desigual de certos ramos da indústria. Numa série de países a agricultura atrasa-

[1] Ver *O Anuário Estatístico dos Países Membros do CAME,* Moscovo, 1978, p. 15 (ed. russa).

-se em ritmos de desenvolvimento em relação a indústria, facto que dificulta o crescimento geral da economia. Em muitos países foram quase esgotadas, na segunda metade dos anos 70, as reservas de mão-de-obra, por isso o acréscimo da renda nacional poderia ser garantido exclusivamente por meio de aumento da produtividade de trabalho e eficácia da produção social. Exercem também a sua influência as medidas discriminatórias praticadas pelos parceiros comerciais ocidentais dos países socialistas, assim como a desfavorável conjuntura económica mundial em geral. Surgem dificuldades no abastecimento das crescentes necessidades em certos tipos de matérias-primas e, mormente, nos energo-portadores. A União Soviética, apesar das crescentes dificuldades condicionadas pelo translado da extracção de petróleo e de gás para as regiões cada vez mais afastadas, mantém a um alto nível o grosso de fornecimentos do petróleo, gás e derivados de petróleo para os países socialistas. Continuam vantajosos, em comparação com os mundiais, os preços para os portadores de energia soviéticos exportados para os Estados irmãos. O carácter garantido de fornecimentos soviéticos cria uma base sólida para o planeamento económico nacional. Por outro lado, são importantes para o desenvolvimento da economia soviética os fornecimentos industriais e agrícolas provenientes dos países irmãos.

A natureza do socialismo desconhece as contradições próprias da sociedade capitalista. As vantagens do novo regime social, a ajuda mútua entre

os Estados socialistas permitem-lhes superar, cada vez com maior êxito, as dificuldades do seu desenvolvimento. A política marxista-leninista e internacionalista consequente dos partidos comunistas e operários é o factor decisivo na luta pela construção do socialismo e comunismo.

Os êxitos conseguidos pelos países irmãos no seu desenvolvimento económico tornam realizáveis os grandes problemas sociais. Nos Estados, que se uniram no Conselho da Ajuda Mútua Económica, assiste-se a um melhoramento constante das condições de trabalho e ao crescimento do bem-estar do povo. Os programas sócio-económicos aprovados pelos congressos dos partidos comunistas e operários concretizam-se em termos consequentes. Os participantes no Conselho destinam até 75% da renda nacional para o consumo social e individual. Por exemplo, no período do quinquénio de 1976-1980, o aumento das receitas reais por habitante nos países membros do CAME cifrou-se, em geral, em 15%.

Tomemos, a título de exemplo, um ano normal da vida dos países socialistas, o de 1979. Naquele ano, as receitas reais por habitante, comparadas com as de 1978, aumentaram na RPB, RPP e RSR mais de 2%, na URSS, 3%, na RDA, 3,4%. na RPM e na RSSC (receitas monetárias) 6,9% e 3,6%, respectivamente.

A fonte principal das receitas reais da população é o salário de operários e empregados que vai aumentando.

Em 1979, na URSS foi concluída a concretização de uma das maiores medidas sociais do décimo quinquénio, isto é, o aumento das taxas de tarifa e vencimentos de trabalhadores de ramos não produtivos. Medidas que abrangeram 31 milhões de pessoas. O salário dos kolkhozianos aumentou quatro por cento durante um ano.

Para o melhoramento das condições de vida dos povos dos países membros do CAME e para o crescimento do seu bem-estar contribuiu a concretização das medidas visando o aumento do volume de pensões, bolsas de estudo e de subsídios. Na RPB, foi aumentado, a partir de 1 de Novembro de 1979, o volume de pensões, bolsas de estudo e subsídios mensais para crianças. O Estado encarregou-se também da maior parte de despesas para a manutenção de refeitórios nas escolas, institutos e instituições públicas, assim como das despesas para a nutrição em estabelecimentos infantis e hospitais. Na RPH, 1,3 milhões de pessoas tiveram as suas pensões aumentadas.

A satisfação da procura dos artigos de amplo consumo foi resolvida com êxito por meio do aumento da sua produção e melhoramento da sua qualidade, facto que teve a sua reflexão na taxa de aumento do comércio a retalho.

Foram grandes as escalas da construção habitacional. No período de 1979, foram construídos na Bulgária 65,5 mil apartamentos; na RPH, 88,3 mil; em Cuba, 20 mil; na RDA, 162,7 mil (incluindo os apartamentos modernizados); na RPP, 284 mil; na RSR, 191 mil; na URSS, cerca de 2 milhões de apartamentos.

A base material da instrução popular e ensino, da cultura e saúde pública passou a ser em 1979 ainda mais sólida.

O número de lugares nos jardins infantis aumentou, na RPB, em 11 mil; na RPH, em 19,1 mil e em creches em 3 mil; na RDA foram construídos jardins infantis para 17,2 mil lugares.

Várias formas de estudo abrangem, na RPB, 1,5 milhões de pessoas, na RPH 1,8 milhões, na RPM 444 mil, na URSS mais de 98 milhões. Em 1979, para trabalharem na economia nacional, foram enviados os especialistas diplomados: na RPB, 17 mil pessoas, RPH 12 mil, na RPM 7,7 mil (diplomados e de instrução secundária especial), na URSS 2 milhões de especialistas (incluindo 800 mil especialistas diplomados). Aumentaram as verbas para a assistência médica e o recreio dos trabalhadores.

As vantagens do modo de vida socialista são especialmente evidentes quando comparadas com a situação em que se encontram os trabalhadores dos países capitalistas. Em 24 países capitalistas desenvolvidos que fazem parte da Organização da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (OCED) havia 26 milhões de desempregados nos finais de 1981. Nos EUA — 9,5 milhões de desempregados, na Grã-Bretanha — 3 milhões, na Itália — 2 milhões, na RFA — 1,7 milhões, no Japão — 1,2 milhões de pessoas. Situação essa que está ainda mais agravada pela contínua alta de preços para os artigos de consumo, pelo aumento

do aluguer e pelo encarecimento da assistência médica.

Os resultados do desenvolvimento dos países membros do CAME testemunham convincentemente a concretização consequente pelos partidos comunistas e operários do curso rumo ao objectivo máximo do socialismo: «Tudo para o homem, para o bem do homem!»

Com base no desenvolvimento sócio-económico e no alargamento da democracia socialista tornam-se cada vez mais amplas as possibilidades para desenvolvimento harmonioso do indivíduo e a combinação proporcional de interesses individuais com os interesses de toda a sociedade. Os cidadãos da sociedade socialista, livres da exploração, gozam dos mais amplos direitos sociais: direito ao trabalho, à educação, à habitação (proveniente da grande construção habitacional) e à assistência médica gratuita. A liberdade de escolher a esfera de actividade e a liberdade de aplicar os seus talentos visando o bem da sociedade e os interesses do próprio indivíduo fomentam no homem a confiança no dia que vem, nas suas forças e a autodignidade.

No decorrer da construção socialista operaram-se consideráveis alterações na fisionomia espiritual dos homens, formando-se a consciência da maior parte das massas trabalhadoras já sob a influência da ideologia marxista-leninista. Formam-se os traços de um novo homem da sociedade socialista. Desenvolve-se o modo de vida socialista.

A ideologia marxista-leninista em afirmação nos

países socialistas e a sua crescente força ideológica estão estreitamente ligados com o aumento do nível ideológico que assegura a actividade política, a educação dum homem novo e o desenvolvimento da cultura socialista. Ao mesmo tempo, torna-se mais forte a resistência à propaganda burguesa, a luta contra o anticomunismo, desmascarando-se diante os trabalhadores o carácter antipopular da sociedade capitalista.

A tarefa-chave, colocada pelos documentos dos partidos irmãos, continua a ser a formação nos trabalhadores de uma concepção do mundo marxista-leninista e científica. Note-se que o papel-eixo, neste caso, cabe à formação da consciência política. «É a consciência das massas que faz a força do nosso regime — disse L. I. Bréjnev no XXV Congresso do PCUS. — E o Partido considera ser seu dever constante desenvolver a consciência comunista das massas, a sua disposição, vontade e capacidade de construírem o comunismo»[1].

Trata-se da compreensão e apoio, pelas massas, da política do partido comunista, da ideia acertada sobre a história da luta revolucionária e construção socialista, das conquistas e problemas do socialismo real, dos objectivos cobiçados pelas manobras do inimigo de classe e do saber conjurá-los.

O mesmo têm por objectivo os partidos comunistas de outros países socialistas. Um dos princípios básicos da actividade educadora é a formação

[1] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, Politizdat, Moscovo, 1976, p. 71.

do patriotismo visando o serviço à Pátria socialista, o reforço do Estado socialista e dos seus institutos, a firmação da ordem social e da disciplina, a compreensão da unidade entre os direitos e obrigações, assim como o fomento do orgulho por estar associado à grande comunidade socialista.

Uma premissa importante da solução, com êxito, de tarefas ideológicas consiste na profunda percepção da essência de classe e do carácter das alterações operadas na situação internacional. Os partidos comunistas empenham-se por uma atitude de classe por parte dos trabalhadores na sua avaliação de todos os factos, processos e fenómenos da vida social. Acentuam, ao mesmo tempo, a necessidade de tomar em linha de conta a influência da aguda luta ideológica e política, vigente entre o socialismo e o capitalismo na arena internacional, sobre a vida interna, de compreender o significado dessa luta irreconciliável e da confrontação de novas e velhas ideias para a afirmação do mundo novo.

Uma elaboração teórica séria dos problemas actuais de desenvolvimento social, da política internacional e luta ideológica na arena internacional serve de fundamento para o avanço ideológico em curso do socialismo. Tornam-se cada vez mais importantes os estudos científicos de problemas cardinais do desenvolvimento mundial e das relações internacionais, do processo revolucionário, da acção recíproca e da unidade de várias das suas correntes, da correlação da luta pela democracia com a luta pelo socialismo e da confron-

tação de forças em torno da questão-chave da actualidade: sobre a guerra e a paz.

A lume destas tarefas, a dialéctica de interligação entre a emulação histórica de sistemas sociais opostos e a cooperação entre os Estados de regimes sociais diferentes exige uma análise teórica mais profunda.

O PCUS e outros partidos comunistas no poder são activos na sua luta ideológica, no âmbito internacional, pela superação das noções dogmáticas segundo as quais as relações internacionais desconhecerão quaisquer alterações significativas enquanto existir o imperialismo. Tais pontos de vista são perigosos porque ignoram a alteração da situação internacional a favor do socialismo, negam as novas possibilidades que se abrem perante o movimento revolucionário na medida em que cresce a força do sistema socialista e prejudicam a luta activa de forças progressistas por uma paz sólida e justa entre os povos.

Os partidos comunistas de países socialistas atribuem um significado particular à luta contra a ideologia burguesa. A sua actividade teórica decorre no contexto duma confrontação contínua com os inimigos do socialismo, no contexto duma ofensiva contra o anticomunismo, anti-sovietismo e o nacionalismo, contra todas as teorias e concepções imperialistas, oportunistas de direita e radicais de esquerda do desenvolvimento social.

A atitude de classe para com a luta contra a ideologia burguesa exige tanto uma crítica destas

ou daquelas concepções burguesas e reformistas alheias ao marxismo, como uma análise científica profunda dos processos reais que aquelas abordam. Especulando com os novos fenómenos da realidade contemporânea, especialmente com os que estão ligados com a revolução técnico-científica, com o aumento da consciência nacional e da actividade política de juventude, etc., os ideólogos burgueses procuram deturpar a essência e o carácter dos actuais processos sociais. Por isso, o desenvolvimento das ideias e conceitos teóricos do marxismo adquire um significado particular em todas as esferas de actividade ideológica. A melhor arma na luta contra a ideologia burguesa é o espírito criador do leninismo, o desenvolvimento contínuo e o enriquecimento da teoria marxista-leninista com base na nova experiência histórica.

A experiência mostrou que quando os erros cometidos na política interna se juntam à actividade subversiva do imperialismo, surgem as premissas para a activização dos elementos hostis ao socialismo. Assim sucedeu na Polónia em 1980-1981, país em que os inimigos do socialismo, apoiados pelas forças externas, tentaram, provocando a anarquia, encaminhar os acontecimentos rumo à contra-revolução. Os acontecimentos na Polónia patentearam uma vez mais a imensa importância de o partido, para consolidar o seu papel dirigente, atender atentamente às aspirações das massas e lutar resolutamente contra quaisquer manifestações do burocratismo e voluntarismo, desenvolvendo de forma activa a democracia socialista e se-

guindo uma política realista e bem ponderada nas relações exteriores.

Todas as conquistas no desenvolvimento do socialismo acabaram por ser possíveis só porque o socialismo, desde o seu início, representava em si um fenómeno internacional, formava-se como uma comunidade de Estados e povos, na estreita cooperação entre si, como comunidade económica, política e ideológica.

A internacionalização da vida económica, política e espiritual da sociedade é a lei objectiva de desenvolvimento do socialismo. «O objectivo do socialismo — assinalou V. I. Lenine —, consiste não só na liquidação do desmembramento da Humanidade em Estados pequenos e do isolamento qualquer das nações, não só na aproximação das nações, mas também na sua fusão»[1]. Trata-se, contudo, de um processo progressivo, processo que abrange toda uma época histórica.

Comparado com o mundo capitalista, onde, dentro da internacionalização, os monopólios e Estados com maior força impõem a sua vontade a outros países e povos e criam uma «periferia» agrária e de matérias-primas, o mundo socialista guia-se por princípios que são completamente outros. O processo de formação e desenvolvimento do sistema socialista mundial realiza-se com base na soberania e plena voluntariedade, consoante os interesses vitais dos trabalhadores de todos os Estados deste sistema.

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas,* 5ª ed. em russo, t. 27, p. 256.

Ao longo de todas as etapas, as relações entre os países irmãos assentam na interacção de duas tendências objectivas: por um lado, tendência que visa o desenvolvimento da economia, do Estado e da cultura nacionais, o reforço da independência e soberania de cada país; por outro, tendência para a aproximação, cada vez maior, dos povos, para a ampliação e o aprofundamento das suas ligações. Torna-se mais sólido o novo regime social em cada país, aumenta o seu potencial económico, assim como as suas possibilidades de construção económica e cultural e de desenvolvimento do Estado. Tornam-se cada vez mais amplas e aperfeiçoadas as múltiplas interligações entre os Estados socialistas e povos.

Na base das relações entre os países socialistas irmãos está o princípio do internacionalismo proletário. Princípio esse que permeia as relações inter-estatais e inter-partidárias, caracteriza as relações entre as organizações sociais e os colectivos de trabalhadores destes países, que entrou em todas as esferas da sua vida e que se encarnou na cooperação económica. O internacionalismo proletário, enriquecido pelo conteúdo socialista e desenvolvido, cabal e profundamente, nas relações entre os países socialistas, chama-se o internacionalismo socialista.

«A comunidade socialista é uma união de tipo completamente novo — assinalou L. I. Bréjnev, Secretário-geral do CC do PCUS, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS —. Baseia-se não só numa mera comunhão de interes-

ses estatais de um certo grupo de países, mas representa em si uma família fraternal de povos, guiados pelos partidos marxistas-leninistas coesos pela concepção do mundo e objectivos nobres comuns, pelas relações de solidariedade dos camaradas e pelo apoio mútuo. É uma união com base numa unidade transcendente de posições e acções, facto que redobra as forças de cada um dos seus participantes para a solução das tarefas nacionais e aumenta muitas vezes o seu peso comum e influência sobre os assuntos mundiais»[1].

A experiência do Estado soviético multinacional, onde pela primeira vez na História foram estabelecidas as relações iguais entre as nações dentro do país, era de importância particular para o desenvolvimento do novo tipo de relações entre os povos dos Estados socialistas. Os princípios básicos dessas relações, embora regularizem as relações dentro de um Estado multinacional, poderiam ser também aplicados às relações entre Estados plenamente soberanos.

O desenvolvimento das relações entre os países socialistas passou por certas etapas, cada uma das quais se caracterizava tanto pela saída para posições mais altas de certos Estados socialistas como pelo grau maior da sua cooperação mútua.

Na *primeira etapa* (aproximadamente em 1945-1949) entre os países socialistas formou-se a

[1] L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos,* t. 5, p. 416 (ed. russa).

união político-militar. Foram celebrados acordos de amizade, cooperação e ajuda mútua entre a União Soviética e os países da democracia popular, assim como entre alguns destes países:

em 1943 — entre a URSS e Checoslováquia;

em 1945 — entre a URSS e Polónia;

em 1946 — entre a URSS e a Mongólia, Jugoslávia e Polónia, Jugoslávia e Checoslováquia, Jugoslávia e Albânia;

em 1947 — entre a Polónia e a Checoslováquia, Bulgária e Jugoslávia, Jugoslávia e Hungria, Albânia e Bulgária, Jugoslávia e Roménia;

em 1948 — entre a Bulgária e a Roménia, Roménia e Hungria, Roménia e URSS, URSS e Hungria, Bulgária e URSS, Bulgária e Checoslováquia, Bulgária e Polónia, Polónia e Hungria, Bulgária e Hungria, Roménia e Checoslováquia;

em 1949 — entre Polónia e Roménia, Checoslováquia e Hungria[1].

O reforço da cooperação político-militar entre os Estados irmãos favoreceu o fortalecimento do poder popular ali estabelecido, das suas posições internacionais e a defesa das suas conquistas dos atentados por parte do imperialismo.

Claro que o papel de importância particular neste processo coube à União Soviética, pois a sua força veio a ser primordial para a defesa dos países da democracia popular da ameaça duma

[1] Ver: *Weltgeschichte in Daten,* Berlin, 1973, S. 898; M. S. Fivéiskaia. *Grande Comunidade de Estados e Povos,* Moscovo, 1974, pp. 22-23.

agressão imperialista. A URSS prestou aos Estados democrático-populares grande ajuda material, enviou víveres e materiais de construção e equipamento necessários para a reconstrução da indústria e dos transportes, depois da Segunda Guerra Mundial. Foi também de importância significativa o apoio ideológico e moral.

Durante a primeira etapa, os países da democracia popular e a União Soviética estavam ainda pouco ligados entre si no domínio económico. Quanto às relações económicas internacionais, a longa dependência do sistema económico mundial capitalista deixou as suas marcas nos países de democracia popular, cuja economia ia vencendo com dificuldades a orientação que se compusera nas condições do capitalismo.

No contexto das relações económicas entre os países socialistas predominou, no período inicial de estabelecimento do sistema socialista mundial, a troca de mercadorias e os fornecimentos de produção em termos da ajuda económica. Depois passaram a vigorar, sobretudo, as relações bilaterais, pois que o mercado socialista mundial estava ainda no processo de formação e as formas socialistas de cooperação começavam então a nascer. Tratava-se duma espécie de período transitório do velho (e próprio ao mundo burguês) sistema de relações internacionais para a formação de um novo tipo de relações entre os Estados. Com o tempo, a união político-militar começou a ser completada gradualmente por uma ampla cooperação sócio-económica.

As transformações democráticas levadas a cabo nos países da democracia popular e a passagem à construção socialista marcaram a *segunda etapa* do desenvolvimento de todas as relações entre os países socialistas. Durante esta etapa, de quase um decénio (1949-1959), estabeleceram-se as relações amplas e multilaterais, abrangendo-se praticamente todas as esferas da vida dos países fraternais: economia, relações sociais e políticas, defesa e cultura. Foi nesta etapa que começou a ser concretizada a tarefa colocada por V. I. Lénine, de transformação da ditadura do proletariado do «nacional (isto é, existente num só país e incapaz de determinar a política mundial) em internacional (isto é, em ditadura do proletariado de, pelo menos, vários *países* avançados, capaz de ter uma influência decisiva em toda a política mundial)»[1].

Um lugar relevante nas relações entre os países do sistema socialista mundial cabia também à ajuda económica e técnico-científica directa prestada pelos países socialistas mais desenvolvidos. Ajuda essa, além de ser importante para a formação das bases da indústria contemporânea em países como a Bulgária e a Roménia, passou a ser um dos principais factores do nivelamento do desnível económico de certos países que se aproximaram, neste sentido, consideravelmente nos anos 50.

Desenvolvia-se também o comércio bilateral,

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições «Avante!» — Lisboa, Edições Progresso — Moscovo. 1979, t. 3, p. 354.

cujo volume quase triplicou, no período de 1950 a 1960.

A par da troca comercial e ajuda económica começou a desenvolver-se também, a partir dos meados dos anos 50, a coordenação dos planos económicos nacionais.

Em Janeiro de 1949, numa sessão económica de representantes da Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e URSS foi fundado o Conselho da Ajuda Mútua Económica (CAME), organização conjunta para a cooperação económica dos países irmãos. Depois, no CAME entraram: a Albânia, em 1949 (que a partir de 1961 não participa nos trabalhos do CAME); a RDA, em 1950, a Mongólia, em 1962, Cuba, em 1972, e o Vietname, em 1978.

Em 1955, em resposta ao aumento das forças do bloco imperialista agressivo da NATO, foi fundada a Organização do Tratado de Varsóvia, garantia segura da segurança dos seus participantes e coordenador da sua política externa, na luta pela manutenção e reforço da paz. A fundação da Organização do Tratado de Varsóvia é um acto de grande importância histórica. Nela concretizaram-se as ideias leninistas do internacionalismo proletário e da defesa colectiva das conquistas revolucionárias dos trabalhadores dos anseios agressivos do imperialismo. A fundação da união da defesa resolveu a tarefa de importância capital: uniu os recursos económicos e as possibilidades militares dos países socialistas da Europa, facto que aumentou muito o seu potencial defensivo.

A Conferência Internacional dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 chegou à conclusão de que o desenvolvimento do sistema socialista mundial entrou numa nova etapa. As particularidades principais desta *terceira e actual etapa* são: a entrada da União Soviética no período da construção do comunismo, a construção da sociedade socialista desenvolvida em muitos países da democracia popular e o triunfo das relações socialistas a nível do sistema socialista mundial. Estes processos estão acompanhados pela progressiva cooperação multilateral dos países socialistas.

Avaliando a experiência do estabelecimento das relações internacionais de novo tipo, a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 constatou: «Os interesses comuns dos povos de países socialistas, os interesses da causa do socialismo e da paz exigem uma combinação certa na política dos princípios do internacionalismo e patriotismo socialistas. A cada partido comunista, que veio a ser governante no Estado, cabe a responsabilidade histórica pelos destinos tanto do seu próprio país como de todo o campo socialista»[1].

Claro que o estabelecimento do novo tipo de relações internacionais não significou que deste modo tivessem sido liquidados mecanicamente to-

[1] *Documentos Programáticos da Luta pela Paz, Democracia e Socialismo,* Moscovo, 1964, p. 100 (ed. russa).

dos os problemas nas relações recíprocas entre os Estados socialistas. As tarefas numerosas e específicas que cada um deles enfrentava e a diferença das condições do seu desenvolvimento geraram por vezes estas ou aquelas divergências na atitude para com certas questões. Todavia, a particularidade de princípio das novas relações consiste precisamente em as divergências surgidas no decorrer do seu desenvolvimento não serem antagónicas e superarem-se com êxito no contexto duma atitude marxista-leninista certa e com base no respeito de interesses de todos os países socialistas.

A fundação do sistema socialista mundial veio a ser, não uma mera categoria quantitativa, mas um processo que permitiu concretizar as alterações qualitativas no desenvolvimento de cada um dos países. A possibilidade de coordenar a política nos quadros das organizações colectivas internacionais de países socialistas significou a criação das condições para conseguir um nível maior de desenvolvimento tanto dentro de cada um dos países irmãos, como também entre eles.

O socialismo provou que a sociedade socialista acaba por ser uma sociedade económica, política e espiritualmente mais rica e madura do que a capitalista. Permite assimilar, de um modo mais completo, as tendências progressistas do desenvolvimento da Humanidade confirmando assim as palavras de V. I. Lénine, segundo as quais o comunismo assimila e reelabora tudo «o que houve de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos»[1].

Os povos socialistas podem, rapidamente e com maior eficácia, aprender uns com os outros. Enriquecem o património ideológico geral da Humanidade pelos elementos de culturas diferentes e por diferentes experiências históricas e intelectuais, facto que possibilita desenvolver, em termos acelerados, a cultura material e espiritual avançada.

Sem dúvida, o facto de pertenecer à grande comunidade socialista deixa marcas profundas no destino de cada povo irmão. Tomemos, como exemplo, a Bulgária. Sob o capitalismo era um país agrícola atrasado, servindo de uma espécie da moeda de troca no jogo de potências imperialistas da Europa. Como afirmam os dirigentes do país, a aliança da Bulgária com a URSS, completada depois pelas relações fraternais com outros países socialistas, assegurou à Bulgária, a par dos seus próprios esforços para reforçar o país e a unidade patriótica do povo, o sentimento da segurança face às ameaças de fora. O país, pela primeira vez ao longo de séculos, não se sente sozinho na arena internacional. Em segundo lugar, as relações com a URSS, a pertença à família dos povos socialistas reforçaram grandemente as posições internacionais da Bulgária, ampliando as possibilidades das suas acções na cena política da Europa e em todo o mundo.

O ascenso do socialismo favoreceu o crescimento

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições «Avante!» — Lisboa, Edições Progresso — Moscovo, 1979, t. 3, p. 398.

da sua influência sobre todo o desenvolvimento mundial e a aceleração do processo de alteração da correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo. Em resultado, no limiar dos anos 70, a correlação de forças conheceu um salto qualitativo a favor do socialismo e estabeleceu-se, o que é de importância particular, um equilíbrio aproximado das forças estratégicas da URSS e dos EUA.

Essa última circunstância influenciou seriamente o carácter e as formas de relações da confrontação e cooperação entre os Estados de dois sistemas sócio-económicos opostos. O imperialismo perdeu definitivamente a possibilidade de conseguir, através dos meios militares, os seus objectivos de «afastar» o socialismo e de o liquidar. Começaram a manifestar-se certas limitações na capacidade de Estados capitalistas de praticar a política de «força» e isso não só a nível global como também em várias regiões, sobretudo actuando simultaneamente em diferentes teatros de operações. Contando com o apoio do socialismo, as forças anti-imperialistas conseguiram continuar com êxito a sua luta pela liberdade[1].

O socialismo acabou por ser uma poderosa força mundial, um factor decisivo do progresso da Humanidade. Não há nem um único aspecto do desenvolvimento social sobre o qual o socialismo não exerça a sua influência. Duma ilha perdida no oceano hostil, onde dominou o imperialismo, o socialismo real transformou-se, em poucos decénios,

[1] Ver: *Grande Outubro e Época Contemporânea*, Moscovo, 1978, p. 76.

num continente poderoso, e é a área principal em que se cria o futuro da Humanidade. O socialismo confirmou a sua força vital invencível, a sua capacidade de se enraizar profundamente e de se desenvolver nas mais variadas condições. O socialismo acabou por ser a principal força na luta pela prevenção duma catástrofe termonuclear, isto é, pela salvação da civilização terrestre do perecimento. Tornou possível a democratização de elos importantes do sistema de relações internacionais criando as premissas para o desenvolvimento da cooperação entre os Estados de regimes sociais diferentes, com base nos princípios de coexistência pacífica.

A história do socialismo confirmou com toda a nitidez o pensamento de V. I. Lénine sobre a grande variedade de formas concretas da construção socialista. O desenvolvimento de cada país socialista conhece muitos traços específicos e únicos, tanto na solução das tarefas de formação do sistema político como na construção da indústria socialista e cooperativização da agricultura e na concretização de transformações no domínio da ideologia e cultura.

Lénine escreveu: «Todas as nações caminham para o socialismo, o que é inevitável, mas todas o conseguirão de modo não muito igual, cada uma atribuirá uma peculiaridade a esta ou àquela forma da democracia, a esta ou àquela variedade da ditadura do proletariado, a este ou àquele ritmo de transformações socialistas de diferentes aspectos da vida social. Não há nada mais ruim

teoricamente e praticamente ridículo do que, em nome do materialismo histórico pintar o seu futuro *neste* contexto de uma cor cinzenta e sem variantes: seria pintura tosca de Súzdal e nada mais»[1].

Com efeito, a construção do socialismo em cada país foi marcada por um número nada pequeno de momentos específicos.

Como assinalam, por exemplo, os cientistas da RDA, o PSUA aplicou de modo criador a experiência da URSS do período transitório da construção do socialismo na URSS tendo em conta as novas condições e a correlação alterada de forças. Entre os traços básicos da experiência soviética há que nomear, primeiro que tudo, a doutrina sobre a estruturação do poder estatal centralizado como forma da ditadura do proletariado, doutrina que tem um carácter geral. O PSUA, em conjunto com os outros partidos unidos no Bloco Democrático e na Frente Nacional, aplicou e desenvolveu esta experiência depois do estabelecimento da ditadura do proletariado na RDA. A nova correlação de forças permite ainda assegurar a ampla união da classe operária com outros grupos sociais em que até os camponeses ricos, os kulaques, podem ser envolvidos no processo de transformação socialista da agricultura. Na indústria, a forma da participação do Estado no empreendimento privado abriu, perante milhares de empresas pequenas e médias, as vias de passagem às relações de produção socialistas.

[1] Ver: V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 30, p. 123.

As particularidades das revoluções socialistas nos países da Europa Central e Sueste consistiam no seguinte:

— no momento da realização das revoluções socialistas, a classe operária já estava no poder e daí tratava-se não do derrubamento do poder existente, mas da sua aplicação para derrubar a burguesia;

— nestes países assistiu-se a uma ampla movimentação das massas da camada baixa apoiadas de cima;

— foi concretizado o afastamento da burguesia, favorecido pela cisão nas suas fileiras, e foram liquidadas, por uma série de golpes consecutivos, as suas relações directas com o imperialismo;

— a classe operária pronunciava-se pela união democrática de todos os trabalhadores e contra os agentes do imperialismo empenhados nos atentados contra as conquistas democráticas;

— foram desmascarados os partidos burgueses e minado o seu prestígio;

— não parava de crescer o prestígio dos partidos comunistas e operários;

— as posições-chaves económicas foram concentradas nas mãos da classe operária[1].

Ao mesmo tempo, às revoluções socialistas e à prática da construção socialista são-lhes intrínsecas as regularidades gerais. Na Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas

[1] Ver: L. N. Tolkunov, *A Principal Força Revolucionária da Actualidade.* Moscovo, 1979, pp. 60-61 (ed. russa).

e Operários de 1957, em que pela primeira vez foi dada uma avaliação colectiva do desenvolvimento do socialismo como sistema mundial, estão nomeadas as seguintes principais regularidades próprias dos países que entram na via do socialismo: «. . . a direcção de trabalhadores por parte da classe operária, cujo núcleo é o partido marxista-leninista, na concretização da revolução proletária nesta ou naquela forma e no estabelecimento da ditadura do proletariado nesta ou naquela forma; a aliança da classe operária com a maioria do campesinato e outras camadas de trabalhadores; a liquidação da propriedade capitalista e o estabelecimento da propriedade social sobre os meios básicos de produção; a transformação socialista gradual da agricultura; o desenvolvimento planificado da economia nacional, visando a construção do socialismo e comunismo e o aumento do nível de vida de trabalhadores; a concretização da revolução socialista no domínio da ideologia e cultura e a formação da intelectualidade numerosa, fiel à classe operária, ao povo trabalhador e à causa do socialismo; a liquidação do jugo nacional e o estabelecimento da igualdade e amizade fraternal entre os povos; a defesa das conquistas do socialismo dos atentados de inimigos externos e internos; a solidariedade dos operários do dado país com a classe operária de outros países: internacionalismo proletário»[1].

[1] *Os Documentos Programáticos da Luta pela Paz, a Democracia e o Socialismo.* Moscovo, 1961, pp. 12-13 (ed. russa).

Com a formação do sistema socialista mundial as regularidades do socialismo funcionam não num só país, como outrora, mas a escalas mais vastas. Para além disto, começa a agir uma série de novas regularidades que caracterizam o desenvolvimento do sistema socialista mundial como um todo. Regularidades essas que, como se desenvolvessem e completassem as regularidades do desenvolvimento interno do socialismo, fazem eco ao princípio básico da solução da questão nacional nos quadros do Estado socialista multinacional e garantem uma plena igualdade política e jurídica de todos os povos. Reflectem as formas específicas da internacionalização dentro do sistema socialista mundial, formas que são ao mesmo tempo as de combinação dos interesses nacionais e internacionais.

Entre estas regularidades figuram: a aproximação em todos os sentidos dos países socialistas, a sua cooperação fraternal e ajuda mútua; a divisão internacional socialista do trabalho; o desenvolvimento da integração económica; a tendência à formação duma economia única mundial de países socialistas; os ritmos rápidos e estáveis de crescimento da economia e o carácter planificado do seu desenvolvimento; o nivelamento do desnível económico, político e cultural do desenvolvimento de países socialistas e a sua passagem, mais ou menos simultânea (nos quadros da mesma época histórica) ao comunismo; a defesa conjunta das conquistas do socialismo dos atentados de inimigos externos e internos.

Claro é que estas regularidades formavam-se e começavam a revelar-se gradualmente à medida que se ia fortalecendo e desenvolvendo o sistema socialista mundial. No entanto, os elementos de todas estas regularidades diferem já nas primeiras etapas do desenvolvimento do socialismo internacional.

As regularidades gerais da revolução socialista e da construção do socialismo, da formação do sistema socialista mundial estão confirmadas pela rica experiência histórica. Ao mesmo tempo, a vida demonstrou que o afastamento do curso marxista--leninista, o desvio do internacionalismo proletário e o recuo criam uma ameaça de perder tudo o que tem sido conquistado. Provam-no o afastamento dos maoístas da amizade e solidariedade com a comunidade socialista, as suas tentativas de ignorar as leis económicas do socialismo e o conluio com as forças da reacção na arena mundial.

Nos capítulos a seguir vamos analisar como as regularidades acima referidas influenciaram o desenvolvimento do socialismo mundial.

II. A FAMÍLIA DOS POVOS FRATERNAIS

À medida que prospera cada nação socialista e se fortalece a soberania dos Estados socialistas tornam-se cada vez mais estreitas as relações recíprocas, surge um número cada vez maior de elementos da comunidade na sua política, economia, vida social e realiza-se um gradual nivelamento de níveis de desenvolvimento. Assiste-se a um lógico e objectivamente condicionado processo de aproximação dos países socialistas e de reforço da sua cooperação.

A aproximação dos povos e países do socialismo tem um carácter multifacetado. Na esfera económica, trata-se do desenvolvimento da integração económica socialista; na esfera sócio-política, trata-se do fortalecimento e desenvolvimento do regime socialista; na esfera da política externa, da concretização do curso combinado e coordenado para reforço da paz e da amizade entre os povos, para o aprofundamento do desanuviamento internacional e resistência à política agressiva do imperialismo; na esfera da ideologia, da ulterior afirmação da concepção do mundo marxista-leninista

e da ampliação de troca de valores culturais, etc. Todos os aspectos deste processo estão interligados.

A cooperação multilateral e a aproximação de países irmãos provêm das necessidades objectivas do desenvolvimento do sistema socialista. Este processo é organizado e dirigido pelos partidos comunistas governantes, com base no conhecimento científico das regularidades do socialismo mundial, da dialéctica de interligação dos interesses nacionais e internacionais.

A tendência à internacionalização da vida social é objectiva e age à escala mundial. Na parte capitalista do mundo, ela encontrou a sua expressão na criação das associações económicas de Estados tais como a Comunidade Económica Europeia (CEE), Organização da Cooperação e Fomento Económicos (OCFE), a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) e outras. Surgiu também uma série de agremiações políticas interestatais, antes de mais a agressiva Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO). Todas elas servem em primeiro lugar aos interesses de grandes monopólios imperialistas e a sua política imperialista. Nos quadros destas organizações existem contradições agudas entre certos países, entre os parceiros fortes e fracos, entre as multinacionais e a classe operária.

As relações entre os países socialistas, todo o complexo de cooperação dentro da família socialista, tem um carácter completamente diferente. É um protótipo das futuras relações fraternais entre os povos de todo o mundo.

Interacção económica

Tomemos, primeiramente, as relações económicas dos países socialistas. O seu objectivo é criar uma economia socialista poderosa, assegurar todo o progresso da indústria, agricultura, ciência e técnica e da construção da base técnico-material do socialismo e comunismo. Estas relações favorecem o desenvolvimento de uma única economia socialista mundial, o mais rápido triunfo do socialismo sobre o capitalismo na emulação económica e o reforço do poder da comunidade socialista.

O aprofundamento e o aperfeiçoamento da cooperação económica são a causa de todos os Estados socialistas independentemente do seu potencial económico e nível de desenvolvimento. A União Soviética, o maior país socialista, está, mais do que muitos outros países, abastecida pelos próprios recursos energéticos e de matérias-primas, possui as mais amplas possibilidades na esfera da produção material e do progresso técnico-científico. No entanto, também está profundamente interessada no aproveitamento mais amplo das vantagens da divisão internacional do trabalho e, antes de tudo, nos quadros da comunidade socialista, partindo de que os esforços conjugados ajudam o avanço acelerado para conseguir maiores resultados finais.

Na medida em que se desenvolve a cooperação económica de países irmãos, adquire cada vez maior significado a sua integração económica que corresponde tanto aos interesses de toda a comunidade como aos interesses e tarefas de certos países.

Com a integração económica surgem as possibilidades suplementares para o racional e eficaz aproveitamento de recursos nacionais e riquezas naturais, para o reforço ulterior da soberania estatal. A cooperação favorece o desenvolvimento mais harmonioso da economia nacional de cada país, a criação da economia de muitos sectores que, em termos mais proporcionais, combina a indústria e a agricultura, os ramos da indústria extractiva e transformadora, a produção dos meios de produção e dos artigos de consumo. O novo tipo de divisão internacional do trabalho que é composto pelo processo de aprofundamento de relações económicas ajuda os países de nível relativamente baixo de desenvolvimento industrial a concretizarem mais rapidamente a industrialização e o progresso técnico e, com base nisto, a elevar a produtividade do trabalho social. Em cada país socialista a indústria torna-se o ramo-chave da economia nacional. Ao mesmo tempo presta-se muita atenção ao fomento da agricultura, introduzindo-se nela os métodos avançados e eficazes.

A cooperação económica intensiva de países socialistas é prova convincente do aprofundamento da tendência, predita por Lénine, para criar uma economia mundial única, considerada como um todo, regulada segundo um plano geral pelo proletariado de todas as nações[1].

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições «Avante!» — Lisboa, Edições Progresso—Moscovo, 1979, t. 3, p. 353.

Cabe ao Conselho da Ajuda Mútua Económica um grande papel no desenvolvimento da cooperação económica dos países socialistas. Para o ano de 1982, no CAME, militam 10 países socialistas situados nos continentes Europeu, Asiático e Americano.

Os países membros do CAME formam o maior complexo industrial do mundo. Produzem cerca de 1/3 da produção industrial do mundo ultrapassando, em termos da sua potência económica, os «centros de força» capitalistas tais como a Europa Ocidental (22% da produção mundial) e os EUA (cerca de 30%). Aos países do CAME cabem 25% da renda nacional do mundo. A produção industrial, por habitante, nos países do CAME aumentou, a partir de 1950, mais de 8 vezes, enquanto que a taxa média mundial cresceu apenas 3,6 vezes. Há três decénios, os participantes do Conselho estavam atrás em termos da potência industrial, da Europa Ocidental; hoje, porém, produzem mais do que os países da CEE: em termos de energia eléctrica a produção é 1,3 vezes superior; o gás, 2,8 vezes; a hulha (em combustível relativo), 3 vezes; o aço e ácido sulfúrico, 1,5; o cimento, 1,4; o tecido de lã, 1,3; o calçado de curtume, 1,6 e a celulose, 2,6 vezes. Falando em geral, a produção industrial nos países do CAME é, hoje em dia, duas vezes superior à dos Estados do Mercado Comum.

Os altos ritmos do crescimento económico, o rápido progresso técnico-científico, o aumento contínuo do bem-estar e da cultura do povo e

o nivelamento gradual dos desníveis do desenvolvimento económico são o que caracteriza os países do CAME.

A cooperação dos países membros do CAME realiza-se em correspondência com os princípios do internacionalismo proletário, com base no respeito da soberania estatal, da independência e interesses nacionais, na não-ingerência nos assuntos internos dos outros. países, na plena igualdade e voluntariedade, no proveito recíproco e ajuda mútua de camaradas.

A. cooperação económica dos países do socialismo decorre em formas variadas: comércio externo, coordenação dos planos económicos, socialização interestatal e cooperativização, cooperação técnico-científica, etc.

O comércio externo é a forma importante de cooperação económica dos países irmãos: aprofunda e aperfeiçoa a divisão internacional socialista do trabalho e favorece o aumento geral da economia do socialismo. O comércio desenvolve-se com base nos acordos a longo prazo, facto que assegura a cada Estado a aquisição planificada de matérias-primas, materiais, equipamentos e outros artigos necessários e facilita consideravelmente a venda da produção.

A industrialização dos países socialistas resultou na alteração da estrutura do seu comércio externo, passado a figurar nas exportações, cada vez mais frequentemente, as máquinas e os equipamentos. As relações comerciais externas dos países socialistas não param de se ampliar. Aumenta ainda a troca de mercadorias dos países do CAME com os países capitalistas e os países que se libertaram. Por exemplo, em 1979, o grosso do comércio externo dos países membros do CAME aumentou quase 13%, cifrando-se em 196 biliões de rublos, incluindo a troca de mercadorias nos quadros da comunidade no valor de 111 biliões de rublos.

Uma atenção particular é dada pelos países membros do CAME ao desenvolvimento do comércio de máquinas e equipamentos com base nos acordos multilaterais e bilaterais e na especialização e cooperativização da produção. O peso específico da produção especializada no contexto da troca de mercadorias entre os países membros do CAME, em 1979, cifrou-se em 36%.

Os fornecimentos recíprocos satisfazem o grosso das necessidades de importação no que respeita aos mais importantes tipos de combustível, matérias-primas, materiais, máquinas e equipamentos. À custa disto, em 1979, foram satisfeitas as necessidades, em artigos, da indústria de máquinas e equipamentos em 68%, do minério de ferro em 70%, da hulha em 93%, do coque em 94%, do petróleo em 68%, do aço fundido em 87% e da laminagem de metais ferrosos em 60%.

Guiando-se pelos princípios do internacionalismo, a União Soviética manifesta desvelo no que respeita à satisfação das necessidades energéticas dos países socialistas irmãos, mantendo a alto nível o volume dos fornecimentos de petróleo, dos seus derivados e de gás natural a esses países.

Comparados com os mundiais os preços sobre estes artigos continuam vantajosos.

Os preços no comércio recíproco dos países socialistas estão definidos em termos bilaterais, tendo em linha de conta os preços mundiais. Estabelecem-se, via de regra, com base em acordos a longo prazo, por um período determinado; eis porque estão livres de aumentos e descidas conjunturais, característicos no mercado capitalista. O sistema de estabelecimento de preços no mercado socialista mundial aperfeiçoa-se sempre em correspondência com o desenvolvimento da economia planificada do socialismo.

Em 1959, os países membros do CAME passaram da coordenação de índices básicos de certos ramos da economia nacional para a coordenação dos planos económicos nacionais. Coordenação essa que é um meio importante de estabelecimento de relações económicas directas entre os países do socialismo. Esta forma de cooperação abrange tanto a esfera da circulação, quanto a de produção e não pára de se aperfeiçoar e aprofundar.

A coordenação abre um terreno vasto para as acções da lei de desenvolvimento planificado e proporcional da economia. Permite a todos os países do socialismo, incluindo os que são incapazes de satisfazer as suas necessidades produtivas plenamente, seja em matérias-primas ou em equipamentos, à custa dos recursos internos, a realizarem o desenvolvimento da economia com base em planos.

A especialização e a cooperativização da produção é uma forma eficaz de integração económica nas condições contemporâncas, pois reflecte as tendências económicas mestres e o processo da crescente concentração e internacionalização da produção nas condições do sistema da economia socialista mundial.

Entre os países socialistas há alguns que possuem um vasto território, grandes riquezas naturais, numerosa população, por conseguinte, a muito ampla procura interna, facto esse que possibilita desenvolver a produção nas dimensões ideais, produzir quaisquer artigos em quantidades consideráveis. Distinta é a situação dos países onde não há condições afins. Seria desvantajoso se se desenvolvesse aí a produção de máquinas e aparelhos de todos os tipos. A cooperação económica de países irmãos, a coordenação de planos económicos nacionais com base na especialização de cooperativização da produção criam as condições mais ou menos iguais para a construção do socialismo em todos os países, acelerando o seu desenvolvimento. A divisão do trabalho entre os países socialistas dá a possibilidade a cada um deles de conseguirem o maior número de produtos com os mesmos gastos materiais e laborais.

A divisão internacional do trabalho não quebra a integridade nacional da economia, favorece a especialização dos seus ramos e abre a possibilidade para organizar a grande produção em cadeia. Especialização essa que é economicamente muito vantajosa e racional e que se cria com base na voluntariedade rigorosa. As riquezas naturais e os

recursos materiais ficam completamente à disposição do país em questão, enquanto que as questões da cooperação económica se resolvem com base no consenso recíproco e na plena igualdade. Cada Estado escolhe a forma de participação na divisão internacional do trabalho que lhe seja mais aceitável e vantajosa.

Os anos 70, foram especialmente frutíferos para o aprofundamento da cooperação entre os participantes no CAME e para o seu desenvolvimento sócio-económico. Durante este período, os membros do CAME duplicaram o seu potencial industrial, aumentando mais do triplo a troca de mercadorias entre eles. Tudo isto acentuou, de modo particular, as vantagens da organização socialista de relações económicas à escala internacional.

A XXV Sessão do CAME aprovou, em 1971, o Programa complexo do ulterior aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação e desenvolvimento da integração económica socialista.

Em correspondência com o Programa complexo, os países membros do CAME aprofundam e aperfeiçoam a cooperação económica e técnico-científica e desenvolvem a integração económica socialista visando:

— o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas dos países membros do CAME, o mais alto nível técnico-científico e a máxima eficácia económica da produção social, assim como a mais elevada taxa da produtividade social do trabalho social;

— o aperfeiçoamento da estrutura e o aumento da escala da produção com o aumento sistemático do nível de apetrechamento técnico dos ramos e a introdução da tecnologia avançada correspondente às exigências da revolução técnico-científica;

— a satisfação das necessidades crescentes da economia nacional dos países membros para perspectiva prolongada em combustível, energia e matérias-primas, equipamentos, artigos agrícolas, alimentares e outros do consumo popular, mormente, à custa da produção e o aproveitamento racional dos recursos dos países membros do CAME;

— o aumento do nível material e cultural de vida dos povos dos países membros do CAME;

— a aproximação gradual e o nivelamento de níveis do desenvolvimento económico dos países membros do CAME;

— o aumento da capacidade e estabilidade do mercado socialista mundial;

— o reforço das posições dos países membros do CAME na economia mundial e a fundamentação, na conta final, da vitória na emulação económica com o capitalismo;

— o reforço da capacidade defensiva dos países membros do CAME.

Agindo em consequência com o Programa complexo, os países membros do CAME approveitam, na medida mais completa, as vantagens do sistema da economia socialista, da divisão socialista do trabalho com o fim de fortalecerem o

seu poderio económico e defensivo e aumentarem o bem-estar da população.

No contexto do Programa complexo estão previstas as medidas para elevar a economia dos países menos desenvolvidos. Acentua-se a necessidade de garantir o crescimento acelerado e o aumento da eficácia da economia da República Popular da Mongólia. Em termos idênticos foi colocada mais tarde a questão em relação a Cuba e o Vietname aderidos ao CAME.

O método básico para organizar a cooperação dos países membros do CAME, desenvolver e aprofundar a divisão internacional socialista de trabalho é a cooperação no campo de planeamento, em especial, a coordenação (combinação) dos planos económicos nacionais.

Um novo passo, rumo ao aprofundamento e aperfeiçoamento deste método veio a ser a elaboração, com base nos esforços colectivos dos países e órgãos do CAME, do Plano Coordenado de Medidas de Integração dos Países Membros do CAME, para 1976-1980, estreitamente ligado com o Programa complexo. Este programa previu, por exemplo, o aproveitamento de recursos naturais visando o bem de todos, a construção de grandes complexos industriais com o fim de satisfazer as necessidades de todos os seus participantes e a cooperação entre empresas e ramos industriais inteiros planificada para muitos anos.

Os trabalhos para concretizar o Plano Coordenado resultaram no aprofundamento considerá-

vel da interacção económica de países irmãos e no aumento do completamento recíproco das suas economias. No seu contexto, foi realizada a colocação do gasoduto magistral gigantesco «Soiuz», de 2750 quilómetros de comprimento, da região de Orenburgo, na URSS, até à sua fronteira ocidental, para o fornecimento de mais de 15 biliões de metros cúbicos de gás aos países europeus membros do CAME (o gasoduto foi posto em funcionamento em 1979); a construção da linha de transmissão eléctrica com a voltagem de 750 kW, Vínnitsa (URSS) — Albertirsa (Hungria), com mais de 800 quilómetros de comprimento, (posta em exploração em 1978); a construção da fábrica de celulose (na URSS) com a capacidade produtiva de 500 mil toneladas de celulose de alta qualidade por ano; a construção do combinado de amianto enriquecido de Kiembáevsk (na URSS) com a capacidade produtiva de 500 mil toneladas por ano; a criação de novas potências para a produção de produtos de níquel e cobalto na República de Cuba (com a capacidade produtiva de 30 mil toneladas por ano); a construção conjunta de outros importantes objectos da economia nacional.

Em 1978 e 1979, as XXXII e XXXIII Sessões do CAME aprovaram cinco programas por objectivos de cooperação a longo prazo; na esfera de energia, combustível e matérias-primas; agricultura e indústria alimentícia; construção de máquinas; produção de artigos industriais de consumo popular e transportes. Estes programas tra-

çam a estratégia de cooperação para uma perspectiva prolongada.

Os programas por objectivos de cooperação prevêem cerca de 340 empreendimentos, incluindo a elaboração de trabalhos de ciência e técnica. A realização de mais de 200 empreendimentos efectua-se com base nos acordos multilaterais.

Os países irmãos resolvem a tarefa de importância histórica, isto é, tornar os anos 80 no período da cooperação técnico-científica e de produção intensiva. Os Estados membros do CAME coordenam os planos económicos nacionais para cada quinquénio, elaborando um plano coordenado de medidas multifacetadas de integração. Com este fim, aprovam-se os programas de especialização e cooperativização de produção a longo prazo entre a URSS e os países europeus do CAME.

Em geral, nos anos 80 estavam em vigor 120 acordos multilaterais para a especialização internacional e cooperativização de produção, incluindo 90 na esfera da indústria de máquinas, radiotécnica e electrónica, assim como mais de mil acordos bilaterais que abrangem a produção de mais de 10 mil tipos de artigos.

Em 1979, por exemplo, foram celebrados os acordos multilaterais para a especialização e a cooperativização de produção dos blocos e peças sobressalentes de equipamento hidráulico e pneumático, artigos de completamento, blocos, aparelhagem e apetrechamento técnico para máquinas-ferramentas, equipamento de navios, agregados de automóveis, blocos e peças de equipamen-

to energético, camiões de pequena capacidade de levantamento, etc.

Ganhou as vastas escalas a interacção técnico-científica para cuja coordenação, nos quadros do CAME, foi fundado o Comité para a Cooperação Técnico-Científica especial. Em 1980, esta cooperação realizava-se com base em 120 acordos nos quadros de 24 organizações técnico-científicas e económicas internacionais, 7 colectivos de cientistas e especialistas internacionais, 57 centros de coordenação. No total, na cooperação técnico-científica participam mais de 3000 colectivos de pesquisas científicas e de projecção e escolas superiores.

A participação na cooperação técnico-científica da União Soviética tem particular importância. Se este país, onde se encontra um quarto de todos os cientistas do globo, é capaz de resolver, sozinho e rapidamente, os maiores problemas técnico-científicos e ocupa firmemente o lugar dirigente no desenvolvimento da ciência, outros países socialistas não possuem as possibilidades que lhes permitam desenvolver a ciência contemporânea em termos autónomos.

A União Soviética prestou grande ajuda aos Estados irmãos. Aquando da introdução das conquistas técnico-científicas soviéticas na Bulgária, por exemplo, foi rapidamente organizada a produção de metais ferrosos e não-ferrosos, a produção de muitos tipos da indústria de máquinas, de máquinas agrícolas, equipamento energético, rádio-aparelhagem, motocicletas, bicicletas e mui-

tos outros artigos. A Hungria dominou a produção de ligas de aço e de rolamentos de alta qualidade, resolvendo ainda vários outros problemas técnicos importantes. A RDA realizou a documentação soviética da abertura de poços petrolíferos. Aproveitando a experiência soviética, a Polónia soube produzir turbinas a vapor, turbo-geradores, caldeiras de alta pressão, curtadoras automáticas de hulha e autocarros. A Roménia, com base na documentação soviética, desenvolveu a produção de tractores, máquinas-ferramentas, turboperforadoras, escavadores e guindastes de torre. A tecnologia soviética está amplamente divulgada na metalurgia, indústria química e têxtil e noutros ramos da indústria da Checoslováquia.

A concretização com êxito do programa «Intercosmos» é um exemplo flagrante do carácter frutífero da cooperação técnico-científica de Estados irmãos. No período, superior a 10 anos, da função deste programa, os cientistas de países irmãos realizaram com ajuda de satélites artificiais soviéticos e foguetes de pesquisas grandes trabalhos conjuntos no domínio de estudos das propriedades físicas do espaço cósmico, meteorologia cósmica, comunicação, biologia e medicina, assim como nos estudos de recursos naturais da Terra. Os voos cósmicos conjuntos realizados pelos Estados socialistas demonstram convincentemente que os países irmãos são capazes de resolver grandes tarefas relativas à investigação e exploração do espaço cósmico em prol de toda a Humanidade. São grandes os êxitos conseguidos pelos cientistas

e especialistas destes países na criação de nova técnica, materiais e tecnologia, na protecção e melhoramento do meio ambiente.

A interacção multilateral e bilateral está orientada para o aproveitamento mais eficaz do potencial técnico-científico de cada país, a redução máxima dos prazos de investigação e introdução de modelos exemplares na produção em série, a economia de recursos materiais e laborais.

As escalas de cooperação técnico-científica demonstram-nos os dados seguintes: durante os anos 70 foram concluídos, após a aprovação do Programa complexo, mais de 10 mil estudos teóricos e aplicados; com base nos esforços comuns foram elaborados, em particular, mais de 1500 novos tipos de máquinas, mecanismos, aparelhos, elaborados e aperfeiçoados mais de 1200 processos tecnológicos; foram criados mais de 1300 tipos de novos materiais, produtos e preparados. Na química, por exemplo, foram obtidos novos tipos de matéria plástica, resinas sintéticas, borracha, catalizadores, artigos químicos de consumo popular, meios químicos de defesa de plantas e muitos outros produtos[1].

Na indústria de máquinas criaram-se mais de 40 espécies de novas máquinas agrícolas. Realizam-se os trabalhos visando o aperfeiçoamento de sistemas de máquinas para mecanização complexa da economia agrícola e florestal. Foram criadas novas e contemporâneas máquinas e meios de me-

[1] Ver: *Cooperação Económica de Países Membros do CAME*, 1977, Nº 5, pp. 33-34 (ed. russa).

canização e automatização de trabalhos de mineração, mais de 80 padrões de máquinas-ferramentas com direcção digital programada. Nos prazos curtos foi concluída a criação da primeira fase do sistema uno de computadores electrónicos da terceira geração[1].

Em 1979, nos países membros do CAME, foram elaboradas e aprovadas as orientações principais da cooperação técnico-científica até 1990. Todo este trabalho conjunto está estreitamente ligado com as tarefas de concretizações dos programas por objectivos a longo prazo de cooperação nas esferas mais importantes da produção material, programas aprovados pelas últimas sessões do CAME. Entre os 182 problemas de ciência e técnica analisados em conjunto pelos partidos irmãos nos anos 80, 116 estão directamente relacionados com as concretizações dos programas mencionados.

A vida demonstrou que a cooperação técnico-científica é o meio decisivo do aceleramento do progresso técnico geral de países socialistas. O CAME concentra a sua atenção nos sectores mais importantes da ciência e técnica de importância-chave para o progresso técnico. Chama-se a atenção primordial para a produção de artigos correspondentes aos padrões mundiais, ao aproveitamento acelerado das conquistas modernas da revolução técnico-científica na produção e à intensificação de relações económicas.

[1] Ver: *Cooperação Económica de Países Membros do CAME, 1977*, Nº 5, pp. 34-35 (ed. russa).

O desvelo dos partidos irmãos pela eficaz utilização das alavancas económicas em cada um dos países, combina-se com as necessidades do proveito mútuo e rentabilidade do comércio externo. Isto é a condição importantíssima para o reforço ulterior de todo o sistema de relações económicas externas socialistas.

A cooperação económica de países socialistas nos últimos quinquénios acentua o seu lado qualitativo, o aumento da eficácia da produção social e a cooperação socialista internacional. Tudo isto está estreitamente ligado à tarefa do aproveitamento máximo dos recursos internos de cada país com o fim de acelerar o crescimento da economia nacional. Em resultado, desaparecem os desníveis económicos e culturais de certos países socialistas, facto que lhes possibilita reduzir os prazos da construção do socialismo. Segundo se assinalou no XXV Congresso do PCUS «trata-se não só de uma grande vantagem económica mútua, mas também de uma tarefa de enorme significado político. Trata-se do fortalecimento da base material da nossa comunidade»[1].

O Conselho da Ajuda Económica não é uma organização fechada. Está por desenvolver relações económicas com todos os países independentemente do seu regime social e estatal, com base nos princípios de igualdade, vantagem mútua e respeito pela soberania.

A Jugoslávia coopera activamente com o

[1] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, p. 9.

CAME, participando nos trabalhos de quase todos os seus órgãos relacionados com as questões de interesse mútuo. Esta cooperação abrange, em particular, os ramos da siderurgia e indústria não-ferrosa, de construção de máquinas, química, electrónica, petrolífera, assim como a agricultura, o comércio externo, as actividades técnico-científicas, etc.

Os êxitos dos países da comunidade socialista e a sua experiência na cooperação atraem a atenção de cada vez maior número dos Estados para as actividades do CAME. O CAME celebrou, por exemplo, acordos de cooperação com a Finlândia, Iraque e México, mantendo, actualmente, sob diferentes formas, relações com mais de 60 organizações internacionais.

Os países socialistas procuram também desenvolver amplas relações económicas mutuamente vantajosas com os Estados da parte não-socialista do mundo. Ainda nos inícios dos anos 60, a RDA manteve comércio com mais de 100 países; a Checoslováquia, com quase todos os países do mundo; a Hungria com 90 países (no período pré-guerra com 41 países); a Polónia, com 150 países; a Roménia, com mais de 80; a Bulgária, com mais de 75; a RPDC, com mais de 40; a RDV, com 29 e a Mongólia com 15 países (antes de 1952, apenas com um país, a União Soviética)[1].

[1] Ver: *A Edificação do Comunismo na URSS e a Cooperação de Países Socialistas,* Moscovo, 1979, p. 172 (ed. russa).

A cooperação económica entre os países socialistas é um trecho importante do reforço do socialismo mundial, da sua emulação histórica com o capitalismo e do fortalecimento do socialismo como alicerce de todas as forças de libertação contemporâneas.

União política e militar

A cooperação política dos países irmãos nos quadros do sistema socialista mundial serve para assegurar as condições mais favoráveis para a edificação bem sucedida do socialismo e o comunismo em cada país e para o desenvolvimento do sistema socialista em geral.

A comunhão de regimes sócio-económicos, a unidade de objectivos na edificação do socialismo e comunismo e a base ideológica marxista-leninista de Estados da comunidade socialista condicionam um carácter de facto fraternal e igual em direitos das suas relações recíprocas. No primeiro plano figuram a coordenação da política, a defesa em comum das conquistas socialistas de trabalhadores, a unificação de esforços na edificação do socialismo e do comunismo e na luta pelo reforço da paz.

A cooperação política entre os países socialistas europeus realiza-se, no âmbito do Tratado de Varsóvia, em termos colectivos. Trata-se da união político-militar assente nas ideias leninistas de defesa colectiva das conquistas do socialismo e

nos princípios do internacionalismo socialista. O traço característico do Tratado é o princípio de igualdade e soberania dos países que o compõem e de não ingerência nos assuntos internos de outros. O Tratado de Varsóvia é um tratado defensivo. Segundo se estipula no seu primeiro artigo, os participantes no Tratado «obrigam-se em correspondência com a Carta das Nações Unidas de se absterem, nas suas relações internacionais, do emprego da força ou da ameaça do seu emprego e de resolverem os litígios internacionais por meios pacíficos de modo a que não fiquem ameaçadas a paz e segurança internacionais»[1].

O Tratado de Varsóvia defensivo é completamente oposto, segundo o seu carácter e os objectivos, aos blocos imperialistas agressivos, nomeadamente à NATO. Daí é ilegítimo pôr estas organizações militares no mesmo grau como o fazem certos políticos estrangeiros.

Os países socialistas são inimigos declarados tanto da divisão do mundo em blocos militares em confrontação, como da corrida aos armamentos. Mas, enquanto existir o bloco da NATO, enquanto os círculos militaristas prosseguirem a corrida aos armamentos, os participantes do Tratado de Varsóvia irão fortalecer a sua união político-militar.

[1] *Tratado de Varsóvia (1955-1975). Documentos e Materiais*. Moscovo, 1975, p. 6 (ed. russa).

Na elaboração da política coordenada dos participantes do Tratado de Varsóvia, cabe um papel especialmente importante ao Comité Político Consultivo, cujas reuniões se realizam no mais alto nível. Com base na troca de opiniões de camaradas, o Comité Político Consultivo determina a atitude geral para com os problemas-chaves de relações internacionais, centro de atenção dos partidos irmãos, seus Comités Centrais e dos governos de Estados aliados. Analisam-se também as questões referentes ao aprofundamento de toda a espécie de relações entre os Estados participantes no Tratado. Em 1976, foi formado mais um órgão importante: o Comité de Ministros de Negócios Estrangeiros do Tratado de Varsóvia.

Nos documentos aprovados no decorrer de 17 sessões do Comité Político Consultivo (CPC), 1955-1980, está encarnada a política internacionalista de Estados socialistas, política que visa o reforço da paz e da segurança internacional, o apoio da luta dos povos pela liberdade e o progresso social. Cada uma das sessões onde se discutem os maiores problemas internacionais favorece o reforço da segurança tanto na Europa como em todo o mundo. Durante estas sessões foram lançadas muitas propostas importantes, entre as quais a de completar o desanuviamento político pelo desanuviamento militar, a de celebrar um pacto de não agressão entre os participantes na NATO e no Tratado de Varsóvia, a de convocar uma conferência sobre o desanuviamento

militar e desarmamento na Europa e muitas outras.

Na actividade do Tratado de Varsóvia estão reflectidos todos os assuntos importantes da vida internacional. A posição clara e nítida dos países irmãos na luta pela liquidação da ameaça duma guerra nuclear, de pôr termo à corrida aos armamentos e pelo desarmamento corresponde aos interesses dos povos do planeta.

Sendo países europeus, os participantes do Tratado de Varsóvia dedicam uma atenção particular à manutenção e ao reforço da paz no continente. Graças aos esforços da URSS e outros Estados da comunidade socialista foi assinada no último decénio uma série de tratados e acordos que contribuem para o desenvolvimento da cooperação igual e mutuamente vantajosa entre os Estados com regimes sociais diferentes.

A Conferência Europeia em Helsínquia (1975), convocada sob iniciativa dos países socialistas, e a Acta Final aprovada por ela passaram a ser uma meta importante no reforço da segurança no continente.

Os participantes no Tratado de Varsóvia consideram o necessário, também no futuro actuar persistente e consequentemente, para reforçar a paz, fazendo os possíveis para cimentar e aumenpar os resultados positivos alcançados na esfera do desanuviamento e cooperação internacionais.

Os países socialistas irmãos procuram garantir as condições de vida pacíficas para os povos de

todos os continentes, estando invariavelmente na posição da defesa dos países em luta pela libertação nacional. Nas suas sessões do Comité Político Consultivo, por mais de uma vez, os participantes no Tratado de Varsóvia tomaram a defesa da liberdade e independência dos povos da Indochina, Médio Oriente, Africa e América Latina.

A política externa de princípio e amante da paz que seguem os participantes do Tratado de Varsóvia revelou-se com toda a nitidez no facto de estes terem avançado, reiteradamente propostas para dissolver simultaneamente as organizações do Tratado de Varsóvia e do Bloco Atlântico Norte, sugerindo, na qualidade do primeiro passo, a dissolução das suas organizações militares. Estas propostas positivas não encontraram, porém, o devido apoio no Ocidente. Analisando em termos reais a situação no mundo e os planos agressivos dos círculos imperialistas que fomentam a psicose militarista, os países socialistas irmãos tomam as medidas necessárias para reforçar a sua capacidade defensiva e, com este fim, desenvolvem entre si uma estreita cooperação.

A base das Forças Armadas Unificadas dos participantes no Tratado de Varsóvia é representada pelas Forças Armadas da União Soviética. Pelas suas capacidades militares e técnicas, maturidade ideológica e política, qualidades morais e combativas e formação do efectivo, o Exército Soviético e a Marinha da URSS correspon-

dem ao nível das exigências actuais. Na qualidade de exércitos modernos figuram as Forças Armadas de todos os países aliados, apetrechadas da melhor técnica e completadas pelos quadros de alta qualificação capazes de dirigir habilmente as tropas.

Em correspondência ao Tratado de Varsóvia, nos territórios de certos Estados europeus socialistas estão aquartelados provisoriamente destacamentos militares soviéticos. A presença provisória das tropas soviéticas nos territórios de países irmãos não afecta de modo nenhum a sua soberania. As tropas soviéticas e o Comando militar soviético respeitam profundamente a independência dos Estados do território em que se encontram e cooperam em termos fraternais com as Forças Armadas destes Estados.

Os países do Tratado de Varsóvia têm o Comando único que organiza a formação militar das tropas, padroniza os armamentos e coordena vários outros esforços na esfera da defesa.

O mecanismo da cooperação militar de países irmãos que abrange actualmente todos os aspectos da actividade dos Exércitos aliados está em constante aperfeiçoamento. O órgão superior do Tratado de Varsóvia é o Comité de Ministros de Defesa que resolve as mais importantes questões do reforço da capacidade defensiva dos Estados aliados e analisa os problemas da formação das tropas e da Marinha de guerra. A direcção prática das Forças Armadas Unificadas cabe ao Comando Unificado. As questões de importância correntes de actividade das Forças Armadas Unificadas resolvem-se no âmbito do Conselho Militar das Forças Armadas Unificadas. O Estado-Maior das Forças Armadas Unificadas realiza a direcção das tropas e generaliza a sua experiência.

Reforçando a sua defesa, a União Soviética e outros países socialistas irmãos não anseiam à supremacia militar. O seu intuito nunca foi nem é ameaçar qualquer que seja Estado ou grupo de Estados, pois a sua doutrina estratégica visa uma orientação rigorosamente defensiva. É precisamente por isso que nenhum outro grupo de Estados do mundo fez tantas propostas construtivas, referentes ao desanuviamento militar, quantas foram avançadas pelos países do Tratado de Varsóvia. Propostas cuja aprovação reforçaria a paz e a segurança dos povos do planeta. Porém, os países da NATO seguem com persistência o caminho para a continuação da corrida aos armamentos e a criação das «situações críticas» explosivas em muitas regiões do globo terrestre com todas as suas consequências negativas para a causa da paz e progresso social.

Mais de um quarto de século da actividade do Tratado de Varsóvia demonstrou que este é um meio poderoso e eficaz de rechaço da ameaça imperialista e do reforço da paz. Passou a ser ainda o factor importantíssimo da garantia do trabalho criador e pacífico dos povos de países socialistas.

A par do Tratado de Varsóvia, são de signifi-

cado importante, para o desenvolvimento do socialismo mundial e a garantia da paz, os acordos bilaterais de amizade, união e ajuda mútua celebrados entre os países socialistas. Esses acordos unem todos os países irmãos pelas obrigações recíprocas visando a defesa das conquistas do socialismo e determinam os princípios e as direcções principais da sua cooperação bilateral.

A cooperação bilateral entre os países irmãos realiza-se com base na comunhão de sistemas sociais socialistas e na coincidência de interesses fundamentais. Esta cooperação parte dos princípios de respeito mútuo, soberania, independência, igualdade absoluta e de não ingerência nos assuntos internos. O objectivo da cooperação, que abrange todas as esferas da vida política e social, é a ajuda mútua na edificação do socialismo, contribuindo com eficácia para o reforço da comunidade de Estados socialistas irmãos.

Cooperação ideológica

Uma das importantes esferas da cooperação entre os países socialistas é a cooperação na esfera ideológica que ajuda a elevar o nível da actividade ideológica e educativa em cada dos países e actuar com maior eficácia na confrontação ideológica entre os dois sistemas sociais.

Nos últimos anos as relações entre as instituições ideológicas dos partidos comunistas dos países socialistas têm-se fortalecido e ampliado consideravelmente. A partir de 1974, tornaram-se regulares os encontros de Secretários dos Comités Centrais dos partidos irmãos durante os quais se discutem as questões de coordenação da actividade ideológica. Essa coordenação é necessária para realizar à escala elevada e alto nível a cooperação ideológica e teórica dos partidos comunistas e operários, unir os seus esforços para os estudos teóricos e a luta ideológica contra a filosofia e sociologia burguesas, contra o revisionismo de direita e de «esquerda». Os inimigos do socialismo realizam uma propaganda intensiva através de meios de comunicação social procurando introduzir a ideologia burguesa na vida espiritual dos países socialistas, denegrir o socialismo e destronar os ideais socialistas. Em resposta à propaganda hostil meticulosamente coordenada pelos centros especiais das potências imperialistas, os países socialistas unem cada vez mais os seus esforços para resistir aos caluniadores.

Os partidos irmãos elaboram em comum os fundamentos científicos da política externa dos países socialistas, as questões da unidade da luta pela paz, pelo enraizamento dos princípios da coexistência pacífica entre os Estados com regimes sociais diferentes e uma renovação revolucionária da sociedade, assim como a estratégia e a táctica da luta ideológica nas condições novas. Realizam ainda estudos colectivos dos problemas relacionados com o aumento do papel dirigente

dos partidos marxistas-leninistas na construção socialista e comunista, com a influência das ideias marxistas-leninistas sobre a formação duma única frente anti-imperialista e com uma série de outros problemas actuais do desenvolvimento social contemporâneo.

Desenvolve-se a cooperação e actividade coordenada dos países socialistas na esfera da ciência e instrução. Funciona a Conferência Permanente para as Ciências Sociais dos vice-presidentes das Academias das Ciências dos países socialistas que coordenam as orientações principais de estudos na esfera das ciências sociais. Realiza-se elaboração conjunta dos temas de estudo. Por exemplo, nos meados dos anos 70 estavam em elaboração mais de 200 temas das ciências sociais, com base nos esforços conjuntos. Graças à actividade conjunta aumentou-se a eficácia do trabalho científico começando a ser mais bem aproveitado o potencial científico dos países da comunidade socialista, mais racionalmente gastos os meios e resolvidos mais rapidamente os problemas científicos. As relações directas entre os estabelecimentos do ensino superior de países socialistas adquirem um carácter cada vez mais concreto.

A cooperação cultural dos Estados socialistas tornou-se um meio flagrante de aproximação dos povos e do fortalecimento da sua amizade. Esta cooperação enriquece reciprocamente a vida espiritual dos povos, favorece em grande medida o florescimento rápido e multilateral das suas culturas nacionais, ciência e técnica.

As formas de relações culturais entre os países irmãos tornam-se cada vez mais variadas de ano para ano. A troca de elencos teatrais e outros, as viagens recíprocas de representantes eminentes da arte nacional e da cultura, realização de exposições artísticas, publicação de livros, permuta de filmes, rádio e teleprogramas, tudo isto ajuda milhões de pessoas a conhecerem melhor a cultura das nações socialistas. Alcançou popularidade particular a troca cultural em forma da organização dos Dias de Cultura de um dos países nos quais vêm participar as delegações representativas que atraem muito a atenção da opinião pública.

Um progresso relevante no desenvolvimento das relações internacionais culturais entre os Estados da comunidade socialista foi conseguido nos anos 70, altura em que a tónica no domínio da troca cultural foi posta nas organizações sindicais e de juventude e foi iniciado o planeamento de relações culturais para o período de cinco anos.

A ajuda prestada aos países em vias de desenvolvimento faz também parte da cooperação cultural conjunta dos Estados socialistas. Ajudam muitos Estados da Ásia, África e América Latina na criação dum sistema de ensino eficaz e na superação do atraso cultural causado pelo domínio do colonialismo.

Finalmente, adquire um significado particular o desenvolvimento dos contactos directos entre os trabalhadores e amplas camadas da população dos

países socialistas. Graças a estes contactos acelera-se o processo de aproximação em todos os sentidos dos povos irmãos, aprofunda-se o clima psicológico favorável para o reforço da sua cooperação e o fortalecimento da unidade político-moral e ideológica dos países socialistas.

Tudo isto favorece também o reforço das posições do socialismo mundial na confrontação ideológica com o capitalismo. A aproximação multilateral e intimidade espiritual crescente dos povos dos Estados socialistas são a melhor resposta à propaganda anti-socialista da burguesia e a prova convincente da impotência do anticomunismo e anti-sovietismo.

União combativa dos partidos comunistas

O fundamento das bases da cooperação estreita dos países socialistas, a sua força dirigente e organizadora é a união inquebrantável e combativa dos partidos comunistas dos países socialistas, a unidade da sua concepção do mundo, dos seus objectivos e vontade. A cooperação dos partidos comunistas no poder abrange todas as esferas das suas actividades e realiza-se nas formas mais variadas e a todos os níveis.

Um papel particular nesta cooperação é desempenhado pelos contactos bilaterais dos Secretários-gerais e Primeiros secretários dos Comités Centrais dos partidos irmãos, contactos que adquiriram um carácter permanente e regular. Passaram a ser tradicionais os encontros de Verão a alto nível com o Secretário-geral do CC do PCUS na Crimeia (península ao Sul da União Soviética). Todos estes encontros representam em si grandes etapas do fortalecimento da comunidade socialista. Durante estes encontros assiste-se a uma discussão pormenorizada dos problemas correntes e em perspectiva e à elaboração de medidas para o aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação multifacetada. Nos últimos anos, tem sido dedicada uma atenção especial à ampliação ulterior da cooperação económica igual e mutuamente vantajosa, dos Estados socialistas. Sublinha-se a necessidade do aumento da eficácia das relações económicas nacionais, do papel da especialização e cooperação da produção com base nos programas coordenados a longo prazo, acentua-se também o significado da realização consecutiva do curso para a integração económica socialista nos quadros do CAME.

Nos encontros da Crimeia estão também detalhadamente analisados os maiores problemas internacionais, pormenorizam-se os objectivos concretos para cuja concretização se orientam os esforços conjugados de países fraternais, facto que favorece o aumento do nível da coordenação da política externa dos Estados socialistas.

Também se realizam periodicamente conferências bilaterais e multilaterais dos Secretários dos CC dos partidos irmãos sobre questões diferentes, encontros consultivos, viagens de conferen-

cistas, seminários e promove-se a troca de delegações para estudar a experiência da actividade partidária. Cooperam também as instituições de pesquisas científicas, estabelecimentos de ensino e os órgãos de imprensa dos partidos irmãos.

São também activos os contactos entre as organizações locais do Partido. Por exemplo, em meados dos anos 70, mais de 130 territórios, regiões e cidades da União Soviética mantiveram as relações directas com mais de 150 regiões e cidades dos países socialistas irmãos.

A cooperação interpartidária combina-se com as amplas relações e contactos entre os órgãos estatais, organizações sociais e colectivos de trabalhadores. Contribuem muito para essa actividade as associações de amizade da URSS e de outros países da comunidade socialista. Os contactos cada vez mais amplos de trabalhadores atribuem às relações entre os países socialistas um carácter verdadeiramente popular.

A unidade e cooperação frutífera entre a maioria dos partidos comunistas dos países socialistas não excluem os pontos de vista específicos, em certos partidos, sobre uma série de questões. Mas a tendência geral é caracterizada pelo crescimento da coesão dos partidos comunistas e países socialistas. É precisamente este facto que é acentuado pelos partidos irmãos, pois partem de que para o reforço do socialismo mundial são necessários os esforços conjuntos dos partidos com base nos princípios provados do marxismo-leninismo,

internacionalismo socialista, igualdade e cooperação de camaradas.

A experiência do desenvolvimento da comunidade socialista testemunha convincentemente que o factor decisivo da edificação exitosa do socialismo e comunismo é a unidade e coesão dos partidos irmãos. Precisamente os esforços comuns possibilitam resolver as tarefas mais complicadas enfrentadas pelo socialismo mundial o que contribui eficazmente para o desenvolvimento acelerado de certos países.

Foi graças à unidade, solidariedade e apoio recíproco que os países da comunidade socialista conseguiram alcançar transformações profundíssimas, resolver as maiores tarefas em diferentes esferas da vida social. A afirmação da independência das nações e dos seus anseios para a aproximação, no âmbito da comunidade socialista, são dois lados do processo único de formação e desenvolvimento do socialismo mundial.

A unidade e a cooperação estreita dos países socialistas são uma condição importante do desenvolvimento com êxito do movimento operário internacional e de libertação nacional. No documento final da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1969, sublinha-se que «os êxitos do socialismo, a sua influência sobre o andamento de acontecimentos mundiais, a eficácia da sua luta contra a agressão imperialista dependem consideravelmente da coesão dos países socialistas. A unidade de acções dos países socialistas é um factor importante da coe-

são de todas as forças anti-imperialistas»[1]. Eis porque no reforço da coesão dos países do socialismo estão interessados não só os partidos comunistas destes países, mas o movimento comunista em geral e outras correntes progressistas e democráticas.

As preocupações sobre o reforço da unidade dos países socialistas revestem-se dum significado ainda maior, posto que as forças imperialistas fazem os possíveis para quebrar esta unidade que é a fonte de potência do socialismo. Procurando opor um Estado socialista a outro, semear a discórdia entre eles, as forças imperialistas apostam na divulgação das ideias do «comunismo nacional», quer dizer, dos conceitos sobre o predomínio dos traços nacionais e específicos no desenvolvimento de certos países rumo ao comunismo, sobre a não semelhança, e mais ainda diferença essencial das suas vias.

Os círculos dirigentes dos Estados imperialistas utilizam contra os povos dos países socialistas um amplo conjunto de meios subversivos, tratando de impor-lhes os seus «valores» sociais, políticos e espirituais. Procuram impor aos trabalhadores de países socialistas a psicologia consumista, inculcando-lhes o modo de pensamento burguês. Um dos truques da propaganda burguesa é a tentativa de apresentar os capitalistas como amigos do

[1] *Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários,* Praga, 1969, Moscovo, 1969, p. 100 (ed. russa).

regime socialista que, dizem, deve ser «melhorado» e «liberalizado», etc. Na realidade, porém, os inimigos do socialismo querem conseguir a sua transformação radical, visando o renascimento e restauração do capitalismo.

O desenvolvimento do processo da cooperação entre os países socialistas está influenciado também por outros momentos negativos. No mundo do socialismo como em certos países que o integram há ainda muitos problemas não solucionados. O seu desenvolvimento realiza-se através da luta do novo contra o velho, através da solução das contradições internas. Em resultado podem surgir várias complicações em certas esferas da vida social capazes de provocar, deste ou daquele modo, momentos negativos nas relações entre os países.

Graças à cooperação estreita, os países irmãos superam com êxito as dificuldades resultantes das situações difíceis que surgem no processo de desenvolvimento do socialismo mundial e da luta tenaz contra as forças do imperialismo. A experiência acumulada ajuda os partidos comunistas a resolverem, correctamente e a tempo, os problemas que surgem, aperfeiçoando a cooperação a todos os níveis da vida estatal, social, económica e cultural. O respeito pelos princípios da plena igualdade, da vantagem recíproca e ajuda mutua de camaradas, leva ao reforço ulterior das relações entre os países socialistas. Os partidos irmãos estão interessados nos êxitos uns dos outros e para eles é natural combinar na

sua actividade os interesses nacionais e internacionais.

A prova dura caiu em 1956 sobre os ombros do povo húngaro. As forças da reacção interna, aproveitando os erros cometidos no decurso da construção do socialismo, e apoiando-se na actividade subversiva dos revisionistas instigados e apoiados pelo imperialismo internacional, tentaram um motim contra-revolucionário sangrento. O Partido e o Governo ficaram paralisados em consequência da traição duma parte da direcção e das desavenças ideológicas e políticas. O país viu-se à beira do desenfreamento da reacção negra e viu-se ainda ameaçado pela invasão das tropas dos imperialistas ocidentais.

Para a defesa do socialismo levantaram-se as forças sãs do Partido e da nação. À luta contra os contra-revolucionários aderiram os operários revolucionários, os camponeses pequenos e cooperados, apoiados por toda a comunidade socialista. Sob o pedido do novo Governo operário-camponês, os destacamentos soviéticos fraternais, aquartelados na Hungria, prestaram ajuda na liquidação das forças armadas da contra-revolução defendendo a independência e a vida pacífica do país.

Em 1967-1968, formou-se a situação crítica na Checoslováquia. As forças da reacção, aproveitando o enfraquecimento da direcção do partido, tomaram a ofensiva, sob o «slogan» da «democratização», contra o Partido Comunista da Checoslováquia com o fim de liquidar o seu papel

dirigente e minar o regime socialista. As forças revisionistas tomaram nas suas mãos organismos políticos como a imprensa, rádio e televisão e com a desenfreada demagogia anti-socialista conseguiram enganar uma parte da classe operária. Os oportunistas pouco a pouco infiltraram-se na direcção do Partido. Uma ajuda ampla foi-lhes prestada pela reacção imperialista que avançou as palavras de ordem hipócritas do «melhoramento» do socialismo. Exigiu-se a mobilização activa das forças sãs do Partido e da sociedade para parar o avanço da contra-revolução. A tapar-lhe caminho ajudaram os países socialistas irmãos que, em Agosto de 1968, manifestando o alto sentimento de responsabilidade internacionalista, fizeram entrar na Checoslováquia os seus destacamentos militares, facto que pôs termo às esperanças dos imperialistas de separarem o país da comunidade socialista.

A burguesia imperialista tenta minar a solidariedade dos trabalhadores dos países capitalistas do Ocidente e do Oriente com o mundo socialista. A burguesia compreende que a consolidação da solidariedade dos trabalhadores condena ao fracasso os planos imperialistas para impedir a vitória das forças de esquerda em países do Ocidente e a aspiração neocolonialista no mundo ex-colonial. Os imperialistas utilizam os métodos mais variados para lançar uma cunha entre o socialismo real e outras forças revolucionárias. Paralelamente com a prédica da «contraposição» de interesses da classe trabalhadora dos países do Ocidente e dos povos

dos países socialistas, da «unitilidade» da experiência do socialismo real para a Europa, a Ásia e a América Latina, e outros métodos de influência ideológica e psicológica, são usadas largamente acções subversivas e sanções militares contra os países que tentam apoiar-se no socialismo mundial na sua luta pela independência.

Um dos fins do imperialismo é conseguir o enfraquecimento do apoio prestado pelos povos do mundo não socialista à política externa pacífica dos países socialistas, ao seu rumo ao desanuviamento, à cessação da corrida aos armamentos e ao desarmamento. Os imperialistas tentam inspirar nas massas trabalhadoras o mito sobre «a ameaça militar» que pretensamente partiria do socialismo e ao mesmo tempo acusam todos que apoiam as propostas de paz dos países do socialismo, de «subordinação a uma potência estrangeira», de «alinhamento com Moscovo», ou mesmo de traição dos interesses da nação.

Todas essas accões visam enfraquecer o apoio ao socialismo por parte de trabalhadores de outros países, e com isso conseguir a diminuição da sua influência internacional; enfraquecer o sistema mundial do socialismo, impedir a consolidação da colaboração entre os países socialistas irmãos.

A política do PCUS e de outros partidos marxistas-leninistas que visa o reforço ulterior da unidade dos países socialistas, tem sido marcada, nos últimos tempos, pelos novos êxitos. A cooperação entre os partidos comunistas e operários de países socialistas conheceu o seu desenvolvimento

multilateral. Cooperação essa que possibilitou elaborar em conjunto, com base na troca de experiência, os problemas de princípio da edificação do socialismo e comunismo, encontrar as mais racionais formas de relações económicas e culturais e definir uma linha geral nos assuntos da política externa.

Reforçando a unidade e a coesão, a comunidade de países socialistas favorece a aceleração dos ritmos do progresso social e cria condições cada vez mais favoráveis para uma luta feliz dos povos, pela paz, independência nacional e pelo socialismo.

Com base na experiência acumulada pelo socialismo mundial pode concluir-se que, na medida do reforço multilateral dos países irmãos, do seu ascenso económico, sócio-político e cultural a liquidação de desníveis de desenvolvimento social, a sua cooperação, ajuda mútua e a troca de experiências vão aprofundar-se. Nos quadros da comunidade de Estados socialistas iguais em direitos e soberanos, vão manifestar-se, com vigor cada vez maior, as tendências para a aproximação das nações e povos e para a internacionalização de diferentes esferas da sua vida.

III. ACÇÕES CONJUNTAS NA ARENA INTERNACIONAL

O papel crescente do socialismo mundial na vida da sociedade contemporânea manifesta-se nitidamente na sua actividade na arena da política mundial que visa a democratização do sistema de relações internacionais, o fortalecimento dos princípios da coexistência pacífica entre os Estados com regimes sociais diferentes, o reforço da paz em todo o mundo e está orientada contra a corrida aos armamentos. Os países socialistas mantêm-se firmes contra a política de agressões e de hegemonismo, apoiando a luta dos povos pela libertação nacional e social e pela independência.

A interacção dos países socialistas na arena internacional torna-se cada vez mais estreita de ano para ano. Da coordenação de certos passos da política externa, durante as primeiras etapas das suas relações recíprocas, os países do socialismo passaram, hoje em dia, à coordenação de acções conjuntas nos quadros da estratégia geral. Essa coordenação, praticada tanto pelos órgãos do Tratado de Varsóvia como na base bilateral, possibilita que os Estados irmãos lutem com maior eficácia pelos objectivos comuns e reforça as suas

posições na confrontação histórica do socialismo com o capitalismo.

A política externa dos Estados irmãos é a continuação e o desenvolvimento da política que começou a ser praticada, guiando-se pelos princípios leninistas, pelo primeiro Estado socialista, criado em 1917. V. I. Lénine indicava que na política externa da União Soviética está reflectido o seu desejo de «viver em paz com todos os povos e dedicar todas as forças à edificação interna» e ao mesmo tempo a sua prontidão em fazer tudo «para assegurar e acelerar a marcha que conduz a Humanidade... à criação da sociedade socialista e de uma paz duradoura e justa...»[1].

A política externa amante da paz provém da própria natureza do regime socialista que exclui radicalmente qualquer agressão, anexação de terras alheias e a escravização de povos. O País dos Sovietes nasceu sob o signo da paz. O primeiro acto legislativo da Revolução Socialista vitoriosa foi o Decreto leninista da Paz. O Decreto promulgou os princípios do internacionalismo proletário e da coexistência pacífica como os princípios básicos da política externa do Estado socialista. Estes princípios foram depois concretizados e fixados em outros actos legislativos e realizaram-se consequentemente ao longo de toda história da URSS. Encontraram também a sua interpreta-

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 39, p. 366; t. 36, p. 123.

ção nos mais importantes documentos dos países socialistas.

Nos primeiros anos da existência da União Soviética, o princípio do *internacionalismo proletário* significou a solidariedade e o apoio recíprocos dos trabalhadores do Estado socialista e dos trabalhadores de outros países na luta para pôr termo à guerra imperialista sangrenta e pelo estabelecimento de uma paz democrática e justa, pela manutenção e reforço das conquistas do Outubro.

Com a formação do sistema socialista mundial o princípio do internacionalismo proletário passou a ser a pedra angular da política externa dos países socialistas nas suas relações recíprocas, assim como nas relações com os trabalhadores de países capitalistas e com os povos de jovens Estados independentes que lutam contra o imperialismo.

A União Soviética e outros países socialistas pronunciam-se invariavelmente pela libertação dos povos da dependência económica e política e contra os atentados do imperialismo contra os seus direitos sagrados. A política externa praticada pelos países socialistas favorece o facto de as questões cruciais do mundo contemporâneo e da sua organização serem resolvidas pelos próprios povos com base na sua vontade soberana.

Analisemos agora o princípio *de coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes*. Princípio que provém directamente da concepção leninista da revolução socialista, quer di-

zer, daquela sua afirmação segundo a qual a revolução em virtude do desenvolvimento desigual do capitalismo não pode triunfar em todos os países ao mesmo tempo. Daí é lógico que no decorrer duma época histórica prolongada seja inevitável a existência paralela de Estados pertencentes a sistemas sócio-económicos opostos. A irreconciliabilidade destes sistemas condiciona uma árdua luta entre os Estados socialistas e capitalistas. Essa luta pode ser pacífica e não pacífica. O anseio a agressões inerente ao capitalismo empurra-o para guerras contra o socialismo. No entanto, a possibilidade de agressão não se materializa obrigatoriamente, dependendo da concreta correlação de forças.

O sistema socialista personificado na União Soviética tomou, desde o seu surgimento, o rumo para a coexistência pacífica com os países capitalistas. Porém, foram precisos uns decénios antes do que os círculos dirigentes de maiores países capitalistas começassem a tomar em consideração as ideias da coexistência pacífica.

Isto aconteceu quando se tornou nítida a alteração da correlação de forças mundiais a favor do socialismo. Os países capitalistas ficaram convencidos do poderio e estabilidade dos Estados socialistas. Tornou-se evidente também o enfraquecimento das posições do capitalismo.

A coexistência pacífica pressupõe que as contradições entre os Estados devam ser solucionadas por meios pacíficos. Prevê ainda a recusa às acções hostis, à «guerra fria», e o estabelecimen-

to da confiança mútua e desenvolvimento das relações amplas e variadas. O princípio da coexistência pacífica significa a «renúncia à guerra como meio da solução dos problemas litigiosos entre os Estados, a sua resolução por meio de negociações; a igualdade de direitos, compreenção mútua e confiança entre os Estados, a consideração dos interesses recíprocos; a não intromissão nos assuntos internos, reconhecimento do direito de cada povo a resolver independentemente todos os problemas do seu país; o rigoroso respeito pela soberania e pela integridade territorial de todos os países; o desenvolvimento da colaboração económica e cultural com base na plena igualdade e vantagem mútua»[1].

Aceitar os princípios da coexistência pacífica significa aceitar a regulamentação de toda a esfera de relações interestatais sem guerra, com base na compreenção mútua e na cooperação.

Claro que os países socialistas não são de opinião que em consequência disso se eliminaria a confrontação dos dois mundos, pois é impossível pôr termo às acções das leis históricas objectivas e eliminar a contradição entre o capitalismo e o socialismo. No XXV Congresso do PCUS, L. I. Bréjnev disse: «Pois está mais do que claro que o desanuviamento e a coexistência pacífica dizem respeito às relações interestatais. Isto significa, antes de mais nada, que os litígios e os conflitos entre os países não devem ser solucionados através da guerra, através do emprego da força ou da ameaça do seu emprego. O desanuviamento não revoga de modo algum e não pode revogar, nem modificar, as leis da luta de classes. Ninguém deve contar que, nas condições actuais do desanuviamento, os comunistas se conciliem com a exploração capitalista ou que os monopolistas se tornem partidários da revolução»[1]

[1] *Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Moscovo, 1974, p. 59.

Ora, a cooperação e a rivalidade ao mesmo tempo. Sim, assim é possível e inevitável porque as relações internacionais são uma esfera extremamente complicada e multifacetada da vida internacional. A história de relações internacionais transborda de exemplos de compromissos mútuos quando os rivais, partindo das condições reais da luta, preferiram a paz ao embate. Claro que isto foi sempre ditado pelas circunstâncias objectivas e por uma determinada correlação de forças. A história conhece muitos casos em que as partes em rivalidade chegavam a acordos sobre as formas da luta e os limites dos armamentos, etc. As últimas décadas trouxeram grande número de acordos internacionais referentes a formas e nível de armamentos, trata-se dos acordos sobre a não proliferação da arma nuclear, sobre a proibição da sua prova em esferas diferentes, sobre a proibição da arma bacteriológica, etc.

A coexistência pacífica dos Estados de regimes sociais diferentes não altera a essência interna

[1] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, p. 33.

destes Estados, mas cria condições externas novas nas quais se desenvolve a emulação dos dois sistemas sociais diferentes e a confrontação entre as forças da reacção e do progresso.

O desanuviamento conseguido nos anos 70 reflectiu o facto de o socialismo empreender o avanço histórico, tendo sido impostos ao imperialismo o desanuviamento e os métodos da luta de classes que lhe são intrínsecos.

Portanto, os comunistas compreendem que os políticos burgueses continuam nas suas posições: procuram aproveitar-se o mais possível do desanuviamento para reforçar a sua posição e, ao mesmo tempo, tentar desarmar o socialismo ideológica e politicamente. Aceitando a coexistência pacífica, eles procuram a táctica que nas condições novas permita subverter o regime socialista.

Eis, por exemplo, o que escreveu W. Grewe, ex-conselheiro do chanceler oeste-alemão Adenauer: «A política do desanuviamento é, no fim das contas, característica da passagem para objectivos e métodos modificados: trata-se da recusa a todos os esforços a curto prazo orientados para a rápida libertação da Europa Oriental dos regimes comunistas. Trata-se da orientação para os processos duradouros de alterações internas no bloco oriental durante as quais seria possível exercer influência visando uma reconstrução paulatina do sistema sócio-político dos Estados orientais[1]».

[1] W. Grewe. *Spiel der Kräfte in der Weltpolitik*, Düsseldorf, 1970, s. 614.

O imperialismo faz tudo para enfraquecer a influência do socialismo real sobre os povos do planeta e na sua luta recorre a métodos cada vez mais variados. Freia o desenvolvimento das relações económicas com os países socialistas, relações que correspondem aos interesses da divisão internacional do trabalho e cooperação mutuamente vantajosa. Os imperialistas travam uma guerra ideológica permanente contra os países socialistas, partindo na sua actuação das posições anticomunistas e falsificando a vida da sociedade socialista. Nos últimos anos promovem-se, em termos particularmente activos, as campanhas provocatórias e caluniosas em torno da imaginada violação dos Direitos Humanos nos países socialistas. O seu objectivo é desviar a atenção das massas das violações dos Direitos Humanos nos países capitalistas e dos vícios incuráveis do capitalismo.

Para tornar a sua propaganda anticomunista aparentemente objectiva, os ideólogos do imperialismo vêem-se obrigados a reconhecer certos êxitos do socialismo. Porém, estes reconhecimentos são acompanhados pelas invencionices e divagações de toda a espécie sobre as suas imperfeições e defeitos que reduzem a zero todas as palavras da verdade sobre ele. A propaganda burguesa tenta camuflar a sua atitude francamente hostil para com o socialismo fingindo-se interessada no «melhoramento» e «correcção» da sociedade socialista. O objectivo desta táctica é «amolecer» e «aluir» o socialismo por dentro. Ao mesmo tem-

po os imperialistas não poupam os esforços na tentativa de provocar discórdias no seio dos países socialistas, de os fazer colidir. Procuram ainda dessangrar a economia socialista impondo-lhe a corrida dispendiosa aos armamentos.

As tentativas do capitalismo para exercer uma influência desmoralizante sobre a sociedade socialista estão inevitavelmente condenadas ao fracasso, pois no socialismo está ausente a base sócio-económica para aceitar relações e ideais capitalistas. É natural que os países socialistas estejam interessados no aprofundamento da divisão internacional do trabalho e na troca de experiências nas esferas material e espiritual. Todavia, estão a favor da troca que exclua a ingerência da burguesia nos seus assuntos internos. A última está empenhada em alterar, com ajuda de vários meios ideológicos, o curso da luta entre o socialismo e o capitalismo a seu favor, facto que transforma a esfera de relações ideológicas num sector cada vez mais importante da controvérsia histórica do socialismo com o capitalismo.

A luta pela manutenção e o aprofundamento do desanuviamento não pode deixar de se sentir nos processos que se operam nos países capitalistas. As perspectivas do desenvolvimento criativo mundial despertam a energia das massas, favorecem a activização e a unificação dos trabalhadores.

Nas condições da coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes surgem novas possibilidades para a divulgação das ideias socia-

listas no seio do proletariado e de outras forças progressistas. Melhoram-se as premissas para o estabelecimento das relações estreitas entre os operários e organizações juvenis, femininas e outras de diferentes países. Cria-se a situação favorável ao desenvolvimento de relações com base no princípio do internacionalismo proletário entre os operários de países socialistas e capitalistas.

O desenvolvimento das relações económicas entre os países socialistas e capitalistas ajuda ainda os trabalhadores, sobre os quais recaem as pesadas consequências das crises periódicas da economia capitalista, dando a muitos deles a possibilidade de encontrar emprego. Por exemplo, até finais de 1978, as encomendas para os países capitalistas, por parte dos países socialistas membros do CAME ascenderam a 13,8 biliões de dólares e somadas ao comércio com estes países garantiram o emprego a mais de 450 mil trabalhadores da Europa Ocidental, América do Norte e Japão.

A influência positiva da coexistência pacífica sobre a luta das massas trabalhadoras nos países capitalistas manifesta-se também no facto de os factores da política interna e externa, favoráveis à parte mais reaccionária da burguesia, enfraquecerem. Quer dizer, diminui a esfera de influência das forças que votam a favor da política antipopular. Criam-se as condições mais propícias para a luta dos trabalhadores pelos seus direitos, o desenvolvimento democrático e as profundas trans-

formações na estrutura sócio-económica e política.

Os partidos comunistas e operários dos países socialistas, fiéis aos legados leninistas, vêem o objectivo principal da sua política externa não só na prevenção duma nova guerra mundial, mas ainda na exclusão da guerra da vida da sociedade. «Votamos activa e persistentemente para que a controvérsia do socialismo com o capitalismo se resolva não no campo de batalha, nem nas cadeias dos armamentos, mas na esfera do trabalho pacífico — sublinhou L. I. Bréjnev. Queremos que através das fronteiras que dividem estes dois mundos, passem não os roteiros de mísseis nucleares, mas os laços duma cooperação ampla e multifacetada para o bem de toda a Humanidade»[1].

Guiando-se pelos princípios leninistas da política externa soviética, o XXIV Congresso do PCUS (1971) elaborou e promulgou, face a toda a Humanidade, o Programa da Paz que passou a servir de base para as acções de vasta envergadura do Estado soviético no âmbito internacional, acções que favoreceram com eficácia o desanuviamento nas relações entre os Estados com regimes sociais diferentes e o reforço da segurança da União Soviética e de outros países socialistas. Foi colocada a tarefa de conseguir, primeiro que tudo, um avanço rumo aos objectivos seguintes:

— Fortalecer a unidade dos Estados socialistas

[1] L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, t. 6, p. 597 (ed. russa).

irmãos e desenvolver a sua cooperação multilateral na construção da nova sociedade, aumentar a sua activa contribuição para o fortalecimento da paz.

— Lutar pelo fim da crescente corrida aos armamentos, que é perigosa para a paz, e conseguir a redução das reservas de armas acumuladas e o desarmamento.

— Concentrar os esforços dos Estados amantes da paz na liquidação dos focos de guerra que ainda restam e, principalmente, na obtenção de um acordo justo e sólido no Médio Oriente.

— Fazer tudo para a melhoria do desanuviamento internacional e para a sua concretização em formas concretas de cooperação mutuamente vantajosa entre os Estados. Conduzir firmemente a linha que visa a materialização total da Acta Final da Conferência Europeia e o desenvolvimento da cooperação pacífica na Europa.

— Trabalhar para a garantia da segurança na Ásia, com base nos esforços conjuntos dos Estados deste continente.

— Procurar a conclusão de um tratado mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais.

— Considerar como uma das tarefas internacionais mais importantes, a liquidação completa de todos os restos do sistema de opressão colonial, da violação da igualdade de direitos e da independência dos povos e de todos os focos do colonialismo e do racismo.

— Lutar pela eliminação da discriminação e

de quaisquer barreiras artificiais no comércio internacional, pela liquidação de todas as manifestações de desigualdade, de diktat e de exploração nas relações económicas internacionais.

O Programa da Paz, promulgado pelo XXIV Congresso do PCUS, foi desenvolvido e completado pelos XXV e XXVI Congressos do PCUS, em 1976 e 1981, tendo na linha de conta as novas condições.

A concretização da plataforma de política externa do PCUS, apoiada pelos partidos irmãos dos países socialistas e pelo movimento comunista mundial, realizou-se no período de eventos de maior ou menor importância na vida internacional. Este período foi marcado pelo exitoso desenvolvimento ulterior dos países do socialismo, pelas novas vitórias dos povos da África, Ásia e América Latina na sua luta pela libertação nacional e social. As forças em luta pela paz, a democracia e o progresso social conseguiram êxitos consideráveis.

Ao mesmo tempo, na segunda metade dos anos 70, os círculos imperialistas mais reaccionários, os produtores das armas e os militaristas porta-vozes da «guerra fria» uniram-se numa ampla campanha orientada contra o desanuviamento e o desarmamento. Alegando a «ameaça soviética», por eles inventada, exigem cada vez mais biliões para os fins militares. Tentam sufocar à força o movimento de libertação dos povos imiscuindo-se nos assuntos internos de outros países.

A causa da agressividade crescente do imperia-

lismo provém, mormente, do intuito de impedir o reforço das posições do socialismo, os êxitos do movimento de libertação nacional e o aumento da influência das forças democráticas e progressistas no mundo. É também o efeito da agudização da crise geral do sistema capitalista, a reacção aos fenómenos da crise profunda nas esferas monetário-financeira, energética e outras e à crescente luta dos trabalhadores pelos seus interesses e direitos. Neste contexto figura também o receio dos círculos da direita dos EUA em relação à sua liderança no mundo capitalista sobejamente prejudicada pelo crescimento das contradições inter-imperialistas e pelas reviravoltas arriscadas e falhas da política externa americana.

A aspiração das forças do imperialismo de excitar a corrida aos armamentos é acompanhada de campanhas desenfreadas anti-soviéticas e anti-socialistas, de invenções falsas sobre a política externa soviética, sobre a pretensa agressão da União Soviética.

Face a esta situação, os países socialistas envidam todos os esforços para desenvolver a cooperação com as forças da paz, da liberdade e do progresso, frustrar os intentos dos círculos agressivos, defender e aprofundar o desanuviamento garantindo para os seus povos a possibilidade duma edificação criativa e pacífica.

De acordo com as resoluções dos XXIV e XXVI Congressos do PCUS e dos de outros partidos irmãos foi posta em relevo, na sua política

externa, a tarefa de reforço da unidade e cooperação multilateral dos Estados socialistas e do aumento das suas forças visando a defesa da paz. Graças aos esforços coordenados, os países socialistas conseguiram grandes êxitos na luta pela consolidação das suas posições e na solução de importantes tarefas da política externa.

Um acontecimento histórico veio a ser a vitória do heróico povo vietnamita que, contando com a ajuda e o apoio da União Soviética, de outros países socialistas e da opinião pública mundial progressista, soube resistir às forças do imperialismo e reacção, conseguindo a plena libertação do país.

As acções conjuntas da União Soviética e de outros países socialistas resultaram na liquidação plena e definitiva do bloqueio político e diplomático da RDA organizado pelas forças imperialistas, facto que consolidou consideravelmente as posições do socialismo mundial no continente europeu. Com base no apoio da URSS e de outros Estados socialistas, foram consolidadas as posições do primeiro Estado socialista do hemisfério ocidental — as da República de Cuba. Em consequência disto, goraram-se as tentativas do imperialismo americano para resolver a «questão cubana» por meios militares e do bloqueio económico e diplomático.

No contexto da luta comum cresceu a influência da comunidade socialista sobre o andamento dos acontecimentos mundiais, reforçou-se a unidade dos países do socialismo, a sua solidariedade

e apoio recíproco e ampliaram-se as possibilidades da concretização exitosa de uma política combinada e coordenada na arena internacional.

A URSS e os outros países socialistas lutam consecutivamente pela regularização das situações críticas surgidas numa série de regiões do planeta, pela sua solução com base na vontade dos povos e pela liquidação da ameaça à paz criada por estas situações. Os países socialistas anseiam à liquidação do foco militar e a uma regularização pacífica e sólida no Médio Oriente. Com este fim realizam uma actividade política tensa, defendendo os interesses dos povos árabes na ONU e, fora desta organização, prestam apoio directo aos países árabes — vítimas da agressão israelita — e contribuem para o reforço do seu poderio económico e defensivo.

Os países socialistas partilham as posições dos Estados árabes que votam contra as soluções que resolvem só metade do problema do Médio Oriente. Partem do que a regularização deste problema deve ser geral e complexa, tomando em consideração os interesses de todos os Estados e povos da região, assim como o seu direito à existência independente e desenvolvimento. Eis porque condenaram resolutamente o conluio entre o Egipto e Israel, celebrado em 1978 e que ignora os direitos legítimos e os interesses dos povos desta região. Pronunciando-se pela regularização geral nesta região, a União Soviética sublinha que essa regularização deve prever a retirada do

Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967, a concessão ao povo árabe da Palestina da possibilidade de criar o seu lar nacional, o seu próprio Estado e a outorga de garantias internacionais mais rigorosas da segurança a todos os Estados desta região sem exclusão. Os países árabes que rejeitam a política de capitulação da direcção do Cairo procuram desenvolver a cooperação estreita e mutuamente vantajosa com a URSS e outros Estados socialistas, qualificando-os como os combatentes de princípio pela paz justa no Médio Oriente.

Nos anos 70, desenvolveram-se e aprofundaram-se consideravelmente as relações dos Estados da comunidade socialista com os jovens países que se libertaram.

Segundo frisa a Declaração dos Estados participantes no Tratado de Varsóvia, aprovada em 1978, os países socialistas «confirmam a sua solidariedade com a luta dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, contra quaisquer formas de domínio e opressão. Prestaram e continuarão a prestar apoio às forças em luta pela libertação nacional e aos povos dos países que se libertaram e que defendem numa luta difícil a sua independência e liberdade, incluindo o seu direito de escolher livremente a sua própria via de desenvolvimento social, assegurar a integridade territorial de seus países, a sua soberania e independência. Confirmam mais uma vez o resoluto intuito de os seus países desenvolverem também de futuro a cooperação multilateral e a acção recíproca de camaradas com os jovens Estados de orientação socialista»[1].

Os Estados socialistas dão uma atenção particular ao desenvolvimento de relações com os países da África que se libertaram. Relações essas que são fundamentadas pelos princípios da solidariedade com os povos em luta pela independência e liberdade, o progresso nacional e social, a plena igualdade, o respeito pela soberania e integridade territorial e a cooperação mutuamente vantajosa. Os países socialistas condenam resolutamente a ingerência política e militar nos assuntos internos dos Estados africanos, votando a favor da mais rápida liquidação dos focos de tensão no continente e da regularização dos litígios existentes entre certos Estados africanos.

Cumprindo as tarefas traçadas em comum, a União Soviética e outros países irmãos são consequentes na sua luta pela erradicação do racismo e do apartheid e pela liquidação dos regimes coloniais que ainda continuam. Quando a República Popular de Angola, que escolheu a via de orientação socialista, veio a ser o alvo de intervenção, a União Soviética foi a primeira que a ajudou. Graças à firmeza dos patriotas angolanos e ao apoio prestado pela URSS, Cuba e outros países socialistas, a tentativa de estabelecimento em Angola dum regime neocolonial, tomada pelas forças do imperialismo internacional, gorou.

[1] *A Política Externa da União Soviética e as Relações Internacionais*. 1978. Colectânea dos documentos, Moscovo, 1979, p. 207 (ed. russa).

Os países socialistas irmãos prestaram uma ajuda eficaz à Etiópia que se tornou um alvo da agressão. São consequentes no seu apoio à luta dos povos da África Austral, solidarizando-se com todos os países que lutam pela libertação nacional e contra o imperialismo.

Os Estados socialistas envidam grandes esforços visando o estabelecimento duma paz sólida e de relações de boa-vizinhança na Ásia e ampliam as relações mutuamente vantajosas com muitos países do continente. Um papel importante no fortalecimento de relações internacionais na Ásia cabe ao desenvolvimento da cooperação soviético-indiana. Ambos os lados salientaram por mais de uma vez que a amizade soviético-indiana sofreu a prova do tempo, está livre das considerações de conjuntura e serve de factor importante da causa da paz e estabilidade na Ásia e em todo o mundo.

A União Soviética e outros países socialistas tomaram decisivamente a defesa do povo do Afeganistão que defende as conquistas da revolução nacional-democrática. Em 1979, respondendo a reiterados pedidos do Governo afegão, a União Soviética enviou ao Afeganistão um contingente limitado de tropas que ajudaram os Afegãos na sua luta contra a ingerência estrangeira nos assuntos do país.

Os Estados socialistas apoiam o desejo legítimo e natural dos Estados, que se libertaram, de disporem eles próprios das suas riquezas naturais. Votam a favor das exigências relacionadas com a

remodelação de relações económicas internacionais numa base democrática e justa tomando em consideração os interesses de todos os países. Entre os países socialistas e em desenvolvimento já está em vias de formação um novo tipo de relações económicas, facto que obriga os imperialistas a fazerem certas concessões aos Estados que se libertaram, facilitando estes Estados o frear da actividade de rapina dos monopólios.

Uma das tarefas prementes, no entender dos países socialistas, é a de garantia da paz, segurança e cooperação na Europa. Os esforços persistentes da União Soviética e dos outros Estados socialistas irmãos desempenharam um papel decisivo na viragem para o desanuviamento e a paz no continente. Foi marcada pelo êxito a Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia, realizada em 1975 em Helsínquia, na qual participaram 33 Estados europeus e ainda os EUA e o Canadá. A Acta Final assinada por todos os participantes da Conferência, promulgou os princípios da coexistência pacífica que devem estar no fundo das suas relações e definiu as formas concretas da cooperação na esfera da economia, ciência, técnica, cultura e protecção do meio ambiente. Guiando-se pelos acordos de Helsínquia, a União Soviética e outros países socialistas votam a favor do desenvolvimento de relações da compreensão mútua e boa cooperação no continente.

Uma parte integrante da cooperação na Europa passaram a ser as relações de boa-vizinhança

entre a URSS e a França. Em resultado dos encontros de alto nível foram assinados os documentos sovieto-franceses fundamentais tais como o Protocolo sobre Consultas Políticas (1970), Princípios da Cooperação entre a URSS e a França (1971) e o Programa do desenvolvimento constante de cooperação entre a URSS e a França a favor do desanuviamento e da paz (1979). Estes documentos ampliaram muito as possibilidades da cooperação entre estes dois países. Desenvolvem-se as suas relações económicas recíprocas e amplia-se a sua interacção política.

As relações entre a URSS e a RFA tornaram-se um dos elementos importantíssimos da estabilidade na Europa e do desanuviamento no continente. O acordo entre a União Soviética e a República Federal da Alemanha, assinado em Agosto de 1970, acabou por ser um ponto de viragem no desenvolvimento de relações entre os dois países. Entre eles foi celebrada ainda uma série de acordos de cooperação em diferentes domínios. Em 1977, a RFA tomou o primeiro lugar entre os países capitalistas no comércio com a União Soviética. Prevê-se um amplo desenvolvimento de relações entre os dois países a longo prazo, isto é, até ao fim deste século. Assiste-se, ao mesmo tempo, a um aprofundamento das relações económicas da RFA com outros países socialistas.

Pronunciando-se pelo rigoroso e completo cumprimento dos acordos feitos nos anos 70, a União Soviética ressalta simultaneamente que se verificam tentativas, por parte de Bona de contornar o acordo das quatro potências sobre Berlim Ocidental, ignorando a soberania da RDA, no que diz respeito a uma série de questões.

Nos anos 70, foram também conseguidos êxitos notáveis no desenvolvimento de relações dos países socialistas com Estados europeus como a Grã-Bretanha, Itália, Finlândia, Áustria, Suécia, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, etc.

Por exemplo, a Áustria neutral, como reconhece a sua direcção, conseguiu relações de boa-vizinhança e cooperação muito intensas com todos os Estados socialistas da Europa. Após o ano de 1955, em que foi assinado o Acordo Estatal sobre a Reinstituição da Áustria independente e democrática, este país concluiu com os Estados socialistas 230 acordos e tratados que abrangem as esferas económica, científica, cultural e outras.

Os acordos soviético-americanos são de primordial importância para o afrouxamento da ameaça de uma nova guerra mundial e para o desenvolvimento do desanuviamento. Nos inícios dos anos 70, as relações soviético-americanas conheceram uma viragem para melhor. Ampliaram-se consideravelmente os contactos em várias esferas. Foram assinados entre a URSS e os EUA mais de 50 acordos de cooperação. Porém, nos EUA, há forças influentes que dificultam o desenvolvimento da cooperação normal entre os dois países e fomentam o mito sobre a «ameaça soviética», procurando imiscuir-se nos assuntos in-

ternos da União Soviética, facto que não pode deixar de agravar o desenvolvimento das relações soviético-americanas.

Em consequência do desanuviamento, verificou-se um rápido aumento de relações económicas e comerciais entre os países socialistas e capitalistas. No período de 1970 a 1975, o volume do comércio externo da URSS com os países capitalistas aumentou, de 4,7 para 15,8 biliões de rublos, enquanto o de todos os Estados do CAME com os países capitalistas passou de 13 para 44 biliões de rublos. Nos finais dos anos 70, quase um quarto de todas as máquinas e equipamentos exportados pela União Soviética coube aos países capitalistas industrialmente desenvolvidos.

Uma tarefa importante rumo ao reforço da paz e da segurança na Europa é, no entender dos países socialistas, a propagação do desanuviamento à esfera militar. São persistentes no intuito de conseguir acordos com os países ocidentais sobre medidas reais relacionadas com a diminuição do nível da confrontação militar.

Em 1976, os países do Tratado de Varsóvia avançaram uma proposta, exortando os Estados participantes na Conferência Europeia de Helsínquia a assumirem a obrigação de não empregarem em primeiro lugar contra outros as armas nucleares. A União Soviética propôs chegar a um entendimento de não empregar em primeiro lugar, tanto os armamentos nucleares como convencionais.

Os êxitos do desanuviamento criam uma situação mais favorável ao avanço rumo a pôr termo à corrida aos armamentos e rumo ao desarmamento. No XXV Congresso do PCUS, foi sublinhado que a tarefa da luta pelo fim da corrida aos armamentos e pelo desarmamento é hoje em dia extremamente aguda. O imperialismo continua em ritmos acelerados a preparação material para guerra. A corrida aos armamentos alcançou uma envergadura nunca vista, custando à Humanidade centenas de biliões de dólares tão necessários para fins criativos. Estão literalmente acumuladas montanhas inteiras de armas que se aperfeiçoam e se renovam sempre.

Elaboram-se armas qualitativamente novas, cujo controlo e, consequentemente, um acordo sobre a sua limitação poderiam tornar-se extremamente difíceis e até impossíveis.

A linha dos Estados socialistas nas questões de limitação da corrida aos armamentos choca sempre com a resistência obstinada do imperialismo. Os países da NATO tomaram uma atitude negativa em relação a propostas positivas da União Soviética como a conclusão de um Acordo Mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais, assim como um acordo entre todos os Estados signatários da Acta Final da Conferência Europeia sobre o não emprego em primeiro lugar da arma nuclear uns contra os outros, etc. Na sessão do Conselho da NATO (Washington, Maio de 1978) foi aprovado um programa complementar da corrida aos armamentos. O presidente dos EUA, J. Carter, tomou

a resolução sobre a produção dos «componentes básicos» da bomba de neutrões.

A política dos países ocidentais na esfera do desarmamento e cessação da corrida aos armamentos revelou-se também no decorrer das conversações soviético-americanas sobre a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos e durante as conversações em Viena sobre a limitação dos armamentos e forças armadas, na Europa Central. Em 1972, foi celebrado o primeiro acordo sobre a limitação dos armamentos estratégicos. Na mesma altura foi conseguido um entendimento de princípio sobre a conclusão dum novo acordo. No entanto, a administração americana enveredou, a seguir, pela via de protelação das conversações e foi tomada a tentativa de vinculá-las com o cumprimento pela URSS das exigências que não tinham nada em comum com as questões em discussão.

Graças aos esforços persistentes da União Soviética as conversações conseguiram enveredar pela orientação positiva. Em Junho de 1979, realizou-se em Viena o encontro de L. I. Bréjnev, Secretário-geral do CC do PCUS, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, com o Presidente dos EUA, J. Carter, assinalado pela assinatura do Tratado entre a URSS e os EUA sobre a Limitação dos Armamentos Estratégicos Ofensivos (SALT-2) e vários outros documentos soviético-americanos. A essência do novo Tratado consiste na limitação quantitativa dos armamentos e na contenção do seu aperfeiçoamento qua-

litativo. Todo o mundo qualificou o Tratado de estímulo para um avanço mais rápido nas conversações sobre outras questões da limitação da corrida aos armamentos e de um grande passo rumo a um saneamento geral das relações soviético-americanas e de todo o clima internacional.

Todavia, a administração americana adiou sob pretextos inventados a ratificação do Tratado começando a concretizar novos programas da produção de armamentos estratégicos.

Os países socialistas procuram resolver os problemas do desarmamento numa base ampla com a aprovação de acordos internacionais «sine qua non». A União Soviética na X Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre o desarmamento, realizada em Maio-Junho de 1978, em Nova Iorque, avançou um programa realista de acções assente em propostas sobre a necessidade da cessação completa do crescimento constante qualitativo e quantitativo de armamentos e das Forças Armadas dos Estados de grande potencial militar. A União Soviética propôs ainda à Sessão Especial da Assembleia Geral que aprovasse uma resolução sobre o início das conversações sobre os problemas do desarmamento e do não emprego da força nas relações internacionais, que definisse o procedimento da sua preparação e se marcasse a data do seu início. Propôs ainda reduzir a produção das armas nucleares de todos os tipos. A URSS pronuncia-se também pela não produção e proibição de todos os outros tipos de armas de extermínio em massa e pela não criação

de novos tipos de armamentos convencionais de capacidade destruidora elevada. Propôs às potências, membros permanentes do Conselho da Segurança da ONU, e aos países vinculados com estes pelos acordos militares, que não ampliassem os seus exércitos e não aumentassem os armamentos convencionais.

Não há nenhum tipo de armamento que a União Soviética não esteja pronta a limitar, a proibir numa base recíproca e com base no acordo com os outros Estados, caso se mantenha o princípio da segurança igual de ambos os lados. A União Soviética declarou que não enfraquecerá a sua defesa face ao poderio crescente do imperialismo, seja qual for a argumentação demagógica que queira camuflar os apelos para o fazer. Isto resultaria em consequências fatais para a causa do socialismo, da liberdade e da independência dos povos.

Graças aos esforços persistentes da União Soviética e de outros países socialistas e às acções de amplas forças amantes da paz foram alcançados os resultados consideráveis, na esfera da redução da corrida aos armamentos. Entraram em vigor convenções sobre a proibição das armas bacteriológicas e sobre a interdição da influência no meio ambiente com fins militares. Empreenderam-se certos passos rumo à não proliferação das armas nucleares. Contribui também para isto a criação da zona desnuclearizada que abrange a maioria dos Estados da América Latina. A Assembleia Geral da ONU aprovou as propostas soviéticas sobre as garantias da segurança dos Estados desnuclearizados, sobre a não instalação das armas nucleares nos territórios dos Estados onde até hoje não existem e exortou as potências nucleares a começarem as negociações sobre a cessação completa da produção da arma nuclear e a redução dos seus armazenamentos.

A actividade política externa do PCUS e do Governo Soviético, combinada com os esforços dos países socialistas irmãos e dos Estados que se libertaram, favorece o desenvolvimento das tendências positivas na vida internacional contemporânea, dificulta as acções agressivas do imperialismo orientadas contra a paz, a liberdade e a independência dos povos.

IV. O SISTEMA SOCIALISTA MUNDIAL E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A Grande Revolução Socialista de Outubro e a formação do primeiro Estado socialista do mundo marcaram uma alteração radical das condições da luta pelo progresso social em todos os países. A luta de libertação recebeu um ponto de apoio real que se ia transformando num poderoso foco de solidariedade com todas as forças progressistas, democráticas e revolucionárias.

Com a formação da comunidade dos países socialistas surgiram possibilidades mais amplas para a influência do novo regime social sobre toda a situação mundial no interesse da paz, democracia, independência nacional e socialismo. A construção exitosa do socialismo e do comunismo, o fortalecimento e desenvolvimento da economia dos países irmãos, o aumento geral do poderio do socialismo mundial favorecem o aparecimento das condições políticas externas mais favoráveis para a luta dos povos do mundo pelo progresso social e para o desenvolvimento de todos os movimentos de libertação.

Quando os marxistas-leninistas acentuam o lu-

gar particular ocupado pelo sistema socialista no processo revolucionário mundial, partem do papel histórico mundial objectivo que este desempenha sendo a maior conquista da classe operária internacionalmente unida e, no fundo, a principal força anti-imperialista e anticapitalista. Precisamente neste elemento do processo revolucionário mundial estão actualmente concentradas as conquistas económicas, sócio-políticas e ideológicas da classe operária internacional, conquistas que fazem uma base poderosa para o avanço de todo o movimento revolucionário de libertação; é precisamente nisso que está concentrado o seu potencial principal.

Os países socialistas prestam uma ajuda variada às forças revolucionárias e anti-imperialistas. O socialismo real serve de fonte principal do entusiasmo e apoio político para todas as revoluções libertadoras. Claro que a sua existência, por si só, não garante a sua vitória, mas facilita a possibilidade de a fixar e de avançar rumo ao socialismo mesmo em países pequenos que conseguiram livrar-se dos grilhões do sistema imperialista.

V. I. Lénine partiu do princípio, segundo o qual a revolução que triunfou deve, a par das concretizações de tarefas da edificação socialista, ajudar por todos os meios as forças revolucionárias noutros países. Ao mesmo tempo, V. I. Lénine opunha-se resolutamente aos que considerassem possível «empurrar» ou acelerar artificialmente a revolução de fora.

Actualmente o socialismo real favorece, por todos os meios, a luta pela transformação progressista da sociedade humana.

A sua luta pela paz garante a condição principal da própria existência da Humanidade, a própria possibilidade de qualquer progresso social. Ao mesmo tempo o desenvolvimento seguro da economia socialista, vinculada por multíplices fios à economia mundial, fortalece a base material do desanuviamento internacional, favorece o enraizamento dos princípios da coexistência pacífica entre os Estados com regimes sociais diferentes.

O socialismo real exerce influência crescente sobre o carácter das relações internacionais contribuindo para a sua democratização. Os princípios e normas de relações internacionais avançados pelo socialismo — plena igualdade, respeito pela integridade territorial, independência e soberania estatais, não ingerência nos assuntos internos — abrem para si um caminho cada vez mais amplo na prática mundial e na vida internacional em geral. A política dos países socialistas desempenhou um papel decisivo na reviravolta da «guerra fria» para o desanuviamento internacional, realizada na primeira metade dos anos 70.

O socialismo real faz avançar a Humanidade, pela força do seu exemplo, rumo ao triunfo dos ideais comunistas. À medida em que o socialismo faz vislumbrar as suas vantagens, as ideias do comunismo ganham para o seu lado cada vez maior

número de partidários, estimulando assim a luta dos trabalhadores contra o capital. Lénine escreveu: «... dizíamos e continuamos a dizer: 'O socialismo tem a força do exemplo'. A violência tem força em relação a quem quer recuperar o seu poder. Este, porém, é o seu limite fora do qual têm força já a influência e o exemplo. É preciso demonstrar praticamente, com base no exemplo, a importância do comunismo»[1].

O socialismo exerce já hoje uma grande influência sobre os pensamentos e sentimentos de milhões de pessoas na Terra, pois garante em termos seguros aos trabalhadores a liberdade, direitos verdadeiramente democráticos, o bem-estar, o acesso mais amplo aos conhecimentos e uma confiança segura no futuro. Traz a paz, o respeito pela soberania de todos os países e a cooperação internacional em direitos iguais, servindo de alicerce para os povos em luta pela sua liberdade e independência. À medida do seu desenvolvimento permanente o socialismo dará novas manifestações das suas possibilidades ilimitadas, da sua supremacia histórica sobre o capitalismo.

O crescimento rápido e estável da economia nacional dos países socialistas, o bem-estar crescente do povo, os êxitos cada vez maiores na emulação económica e técnico-científica com o mundo do capital redobram a força atractiva das ideias socialistas e reforçam as posições das forças de esquerda na luta de classes.

---

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 42, p. 75.

O exemplo do socialismo real reveste-se de importância particular em virtude do aprofundamento da crise geral do capitalismo. O socialismo demonstra as suas vantagens, sobretudo, na esfera económica. O carácter estável do desenvolvimento da economia dos países socialistas, livre de crises e que desconhece o desemprego, impressiona muito bem os trabalhadores do mundo não socialista.

É precisamente a economia que apresenta hoje o campo de batalha principal entre os dois sistemas sociais opostos. Ainda no despontar do Poder Soviético, Lénine escreveu: «Actualmente, é com a nossa política económica que mais influímos na revolução mundial... Neste terreno, a luta foi transferida para a escala mundial. Realizemos esta tarefa e então teremos ganho à escala internacional de forma segura e definitiva»[1].

A correlação de forças na arena mundial e o grau da sua influência política são sobremaneira determinados pela correlação dos potenciais económicos gerais dos países socialistas e dos países capitalistas e pela sua taxa no volume global da produção industrial mundial. Quanto maior é o potencial de produção dos países socialistas, maior é a sua influência sobre os ritmos e a orientação do desenvolvimento histórico e tanto menores possibilidades tem o capitalismo de impedir o avanço progressivo da sociedade humana.

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições «Avante!» — Lisboa, Edições Progresso — Moscovo, 1979, t. 3, pp. 523-524.

A tendência principal na emulação económica do socialismo com o capitalismo é a alteração indeclinável e contínua da correlação de forças a favor do socialismo. Se nas vésperas da Primeira Guerra Mundial a produção industrial da Rússia constituía apenas 12% do nível dos EUA, hoje já ultrapassa os 80 por cento. A União Soviética ocupa o primeiro lugar na Europa quanto à produção de 22 dos mais importantes produtos e o primeiro lugar no mundo quanto a 17 deles. Na URSS, produzem-se 20% de toda a produção industrial mundial, ocupando o primeiro lugar no mundo na extracção da hulha, minério de ferro, na produção de aço fundido, coque, adubos minerais, locomotivas eléctricas, locomotivas Diesel, tractores (em termos de potência sumária dos motores), madeira serrada, cimento, blocos e peças de betão armado, tecidos de lã e numa série de outros índices principais do desenvolvimento económico.

Os ritmos do desenvolvimento da URSS demonstraram a possibilidade do socialismo de vencer o capitalismo na esfera económica. Se para aumentar a produção industrial quase 30 vezes os EUA, a Alemanha e a Inglaterra precisaram de 80 a 150 anos, a União Soviética fê-lo aproximadamente no período de 40 anos. Note-se que couberam dois decénios às guerras contra os invasores estrangeiros e à reconstrução da economia nacional. A Segunda Guerra Mundial danificou consideravelmente a União Soviética, dano esse que se cifrou em 679 biliões de dólares (em

preços para o ano de 1941), enquanto os EUA quase não sofreram prejuízo no seu território, e aumentaram a sua renda nacional em 96 biliões de dólares, no período de 1939-1944.

Em 1977, a produção industrial na URSS aumentou comparada com a de 1913, 145 vezes e, em relação ao ano de 1917, 225. Actualmente a União Soviética ultrapassa os EUA não só nos ritmos médios anuais do aumento da produção industrial, mas também no acréscimo absoluto anual de muitos tipos de produção.

Na perspectiva histórica, o facto de os países socialistas ultrapassarem consideravelmente os países capitalistas nos ritmos de crescimento económico, encontrará cada vez maior reflexão no andamento da emulação económica entre o capitalismo e o socialismo. Se, por exemplo, em 1970-1977, a produção industrial dos países membros da CEE aumentou apenas em 17 por cento, nos países membros do CAME, em 65 por cento. Nos países socialistas aumenta-se, com base nos ritmos elevados do crescimento da economia nacional, o nível de vida dos trabalhadores e ampliam-se as possibilidades para um desenvolvimento exitoso da economia, ciência e cultura.

Quanto mais se altera a correlação dos potenciais económicos do socialismo e do capitalismo tanto mais aguda se torna a emulação entre eles. O capital monopolista procura, aproveitando ao máximo o progresso técnico, a «integração» da economia capitalista e recorrendo à regulação monopolista da economia, reduzir e liquidar o desnível de ritmos de desenvolvimento. Mas só poucos países capitalistas o conseguem e só para um período relativamente curto. Falando em geral a economia capitalista continua instável sendo sempre influenciada por fenómenos de crise como a recessão de produção, inflação, desemprego, alta de preços, etc.

Os ritmos de crescimento do volume da produção industrial ressaltam da tabela seguinte (1950 = 1):

Países	1960	1965	1970	1975	1976
Balanço mundial	2,1	2,8	3,9	5,0	5,3
Países socialistas	3,5	5,0	7,2	10,8	11,4
Países membros do CAME	3,0	4,5	6,8	10,0	10,5
URSS	3,0	4,6	6,9	9,9	10,3
Países membros do CAME sem a URSS	3,1	4,5	6,6	10,2	11,1
Bulgária	4,0	6,9	11,6	17,9	19,1
Hungria	2,7	3,9	5,2	7,1	7,4
RDA	2,9	3,9	7,4	7,3	7,8
Cuba	1	0,99	1,1	1,7	1,8
Mongólia	2,8	4,5	7,1	11,1	11,9
Polónia	3,2	4,7	7,1	11,6	12,7
Roménia	3,4	6,5	11	21	23
Checoslováquia	2,7	3,5	4,9	6,7	7,1
Países capitalistas desenvolvidos	1,6	2,2	2,8	3,2	3,4
EUA	1,5	2,0	2,4	2,6	2,9
Países membros da CEE	1,8	2,3	3,0	3,2	3,4
Grã-Bretanha	1,4	1,6	1,8	1,8	1,8
França	1,8	2,3	3,0	3,4	3,7
RFA	2,4	3,2	4,3	4,4	4,8

Países	1960	1965	1970	1975	1976
Itália	2,4	3,3	4,6	5,0	5,6
Bélgica	1,4	1,8	2,3	2,5	2,7
Países Baixos	1,8	2,4	3,6	4,2	4,5
Luxemburgo	1,5	1,7	1,9	1,8	1,9
Dinamarca	1,6	2,2	2,7	2,8	3,0
Japão	4,3	7,5	15,0	17,0	19,0

A intensificação das relações económicas entre os países socialistas e capitalistas nos anos 70, que contribuiu para o reforço da base do desanuviamento, resultou porém, em certas consequências negativas para a economia dos países socialistas. As crises económicas e os desarranjos nos países capitalistas e a instabilidade do seu mercado deixam marcas negativas nas relações económicas com eles e tornam-nos pouco seguros como parceiros comerciais dos países socialistas.

As medidas tomadas nos últimos tempos pelo PCUS e outros partidos irmãos, com o fim de aumentar a eficácia das forças produtivas e descobrir na mais completa medida as vantagens do regime socialista, ajudam o sistema socialista a tomar pouco a pouco novas posições na emulação económica pacífica com o capitalismo. O rumo que visa o aumento da eficácia e da qualidade da produção, o aproveitamento completo das conquistas da revolução científico-técnica, a introdução mais rápida possível na prática das mais modernas máquinas e mecanismos, dos novos meios e métodos do trabalho, o desenvolvimento primordial dos ramos-chaves da economia, tudo isso favorece o avanço económico crescente do socialismo mundial.

O novo regime social manifesta também a sua superioridade em relação ao capitalismo na esfera das relações sociais. As possibilidades e vantagens do socialismo revelam-se todos os anos mais plenamente na esfera política, no desenvolvimento do sistema político do socialismo e no aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia. Adquire uma importância particular o exemplo de solução democrática e justa da questão nacional na URSS e noutros Estados socialistas. Os êxitos dos países socialistas destacam-se com maior claridade quando se assiste à ofensiva dos monopólios contra o nível de vida e os direitos sociais dos trabalhadores (alta taxa de inflação e de desemprego), desenfreando-se o racismo e a arbitrariedade política, reinantes no mundo capitalista.

Os países socialistas, ao garantirem os direitos e as liberdades sócio-económicas vitais para os seus povos, dão assim um estímulo para a luta dos trabalhadores dos países capitalistas pela mesma igualdade de direitos e liberdades, elevando, deste modo, as suas reivindicações na luta contra o domínio do capital.

A existência do socialismo real e os seus êxitos na solução dos mais importantes problemas económicos, sociais e políticos, obrigam a burguesia a ser mais transigente face às exigências da classe operária e de outras camadas de trabalha-

dores, sendo esta obrigada a satisfazer as suas exigências sócio-económicas.

O próprio facto da vitória e do desenvolvimento exitoso do socialismo inspira a classe operária e os trabalhadores de todo o mundo dando-lhes optimismo e confiança na sua vitória final.

A existência do sistema socialista mundial limitou muito as possibilidades do imperialismo de praticar uma exportação aberta da contra-revolução. Isto permite à classe operária e aos seus aliados orientarem-se para o emprego dos meios pacíficos de conquista do poder, para a prevenção da guerra civil e para a utilização das formas existentes da democracia burguesa, incluindo o Parlamento.

Claro que as formas da passagem de diferentes países para o socialismo se determinam, primeiro que tudo, pela correlação concreta de forças de classe dentro do país. Todavia, a importantíssima particularidade do desenvolvimento do processo revolucionário mundial na etapa contemporânea é a influência crescente do socialismo real e do sistema socialista sobre as formas, métodos e vias de reconstrução revolucionária da sociedade.

O sistema socialista mundial e o exemplo do socialismo exercem profunda influência sobre o conteúdo, as formas e a orientação sócio-económica do movimento de libertação nacional. Os povos que puseram termo ao domínio político do imperialismo, haurem na experiência do socialismo as ideias que possibilitam encontrar as vias eficazes para consolidar a independência

nacional, superar o atraso, conseguir a independência económica e o progresso sócio-económico.

Entre os países socialistas e os que se libertaram, estabeleceram-se relações assentes nos princípios de plena igualdade e respeito mútuo. A aliança com os países socialistas contribui para o aumento do papel dos jovens Estados como factor autónomo importante da política mundial. Esta aliança torna-se cada vez mais estreita pois está fundamentada pela comunhão dos interesses na luta contra o imperialismo, pela paz e pela liquidação do colonialismo e neocolonialismo. Os Estados socialistas prestam apoio militar e diplomático aos países que se libertaram, pois são alvos das aventuras militares do imperialismo. A cooperação com os países socialistas ajuda os jovens Estados nacionais na sua luta pela independência económica e na superação do atraso económico e cultural.

Um grande grupo de países que se libertaram (mais de vinte) enveredaram pela via de orientação socialista. Os seus povos escolheram esta via, graças à experiência convincente do socialismo real, ao crescimento impetuoso das forças produtivas, da ciência e da cultura nos países do socialismo e aos êxitos na emulação com o capitalismo. Os povos dos Estados jovens vêem nos países socialistas a encarnação prática dos seus ideais e anseios.

O socialismo presta aos países em vias de desenvolvimento uma ajuda económica diversifica-

da, ajuda que lhes possibilita conseguir o afrouxamento da sua dependência do capitalismo, facilita a reconstrução progressista da esfera económica e outras da vida social. Os países socialistas vendem aos jovens Estados o equipamento necessário para a industrialização e compram em troca os artigos tradicionais das suas exportações, facto que exerce uma influência positiva sobre o balanço comercial e de pagamentos dos países que se libertaram. Concedem-lhes ainda os empréstimos e créditos vantajosos. A soma geral dos créditos concedidos pelos países do CAME aos Estados em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina cifrou-se, nos finais dos anos 70, em quase 15 biliões de rublos.

Uma vez que o socialismo liquida o monopólio do imperialismo sobre os empréstimos e créditos, exportações do equipamento e transferência da experiência técnica, o capital ocidental deve evitar, quer queira quer não, as formas mais grosseiras e abertas da exploração, diminuir numa série de casos os juros sobre os créditos e prolongar os prazos do seu pagamento. Assiste-se, deste modo, a uma espécie de ajuda indirecta dos países socialistas aos jovens Estados nacionais.

Em geral os países membros do CAME cooperam em termos económicos e técnicos com 80 jovens Estados. Assim, só a União Soviética assumiu a obrigação de ajudar aos países em vias de desenvolvimento na construção e reconstrução de quase mil várias empresas industriais e outros

empreendimentos, mais de 550 dos quais já começaram a funcionar. Por exemplo, no período de 1957 a 1977, com o concurso da União Soviética foram construídas, nos países em vias de desenvolvimento, obras da siderurgia com a capacidade de 5,3 milhões de toneladas de aço e mais de 4,0 milhões de toneladas de laminados. Entre estes objectos figuram os combinados de Bhilai e Bokaro que dão 40% do aço produzido na Índia; a fábrica metalúrgica em Isfagão que fornece 73% do aço produzido no Irão e as fábricas metalúrgicas em Argélia, Turquia e outros países.

No contexto da cooperação com os jovens Estados, os países socialistas ajudam-nos consideravelmente na formação de quadros de especialistas e operários qualificados nacionais. No total, nos estabelecimentos de ensino, construções e empresas dos países socialistas, assim como directamente nos Estados em vias de desenvolvimento, formaram-se com o apoio dos países socialistas algumas centenas de milhar de especialistas. Contribuíram também muito para a formação de especialistas no domínio da ciência e cultura.

A União Soviética e outros países socialistas resistem resolutamente à política agressiva da reacção imperialista em relação aos países e povos que conquistaram a sua liberdade e independência nacional. Na nova correlação de forças, o imperialismo não ousou, numa série de casos, imiscuir-se abertamente nos assuntos internos dos povos da Ásia e África. O reforço das posições do

sistema socialista mundial não só favoreceu o ascenço do movimento de libertação nacional, como ainda criou condições que possibilitam aos povos de muitos países, outrora sob o domínio colonial, conquistarem a sua independência nacional, através de meios pacíficos, sem luta armada.

Os países do socialismo são persistentes na luta pela criação das mais favoráveis condições para o desenvolvimento da cooperação com os países que se libertaram e para liquidar as dificuldades que surgem nas relações de alguns deles com a comunidade socialista. Guiando-se invariavelmente pelos princípios leninistas, os países socialistas são consequentes no seu desejo de regularizar os malentendidos que apareçam, para que certas divergências não prejudiquem a cooperação. Ao mesmo tempo, os países socialistas submetem à crítica as acções diplomáticas de alguns países, que se libertaram, que enfraquecem a unidade das forças anti-imperialistas, rejeitando os seus ataques anti-soviéticos e anticomunistas.

A União Soviética e outros países socialistas desenvolvem grandes esforços para a solução justa e pacífica de situações de conflito que surgem por culpa do imperialismo em várias regiões do mundo em vias do desenvolvimento. Lutam de modo consequente contra as intrigas dos círculos imperialistas no Proximo Oriente, contra os restos do conluio anti-árabe de Camp-David. Os países socialistas manifestam-se pela solução justa dos problemas que surgiram no Médio e Proximo Oriente.

Apoiam activamente a ideia da transformação do Oceano Índico em zona de paz apresentada pelos países não alinhados, propõem iniciativas em prol da consolidação da segurança em todo o continente asiático.

Exercendo uma grande influência sobre o desenvolvimento do processo revolucionário mundial, o sistema socialista necessita ao mesmo tempo do apoio por parte do proletariado dos países capitalistas e dos povos dos países que se libertaram. É precisamente a solidariedade de todas as forças revolucionárias que possibilita travar uma luta exitosa pela paz, democracia, independência nacional e socialismo e enfraquece as posições do imperialismo, tornando impossíveis as suas aventuras militaristas. Todas as forças verdadeiramente revolucionárias da actualidade, unindo-se nas suas acções contra as agressões do imperialismo, consideram ser seu dever a defesa do socialismo e das suas conquistas.

A solidariedade de outras forças revolucionárias com os países socialistas encontra a sua expressão nas acções conjuntas com o socialismo real na luta pela paz e pelo progresso social, materializando-se ainda na divulgação da verdade sobre a política externa amante da paz dos países irmãos, política que corresponde aos interesses vitais de todos os povos, e sobre a prática da transformação da sociedade nos princípios socialistas. Essa solidariedade compreende também a luta contra as campanhas de propaganda bur-

guesa que procura caluniar o socialismo real, isolá-lo das outras forças revolucionárias e denegrir os seus ideais revolucionários.

De particular importância para o desenvolvimento da solidariedade internacionalista com os países socialistas é a luta contra todas as formas de anticomunismo. Os partidos comunistas não qualificam de anticomunistas quem não está de acordo com a sua política ou pronuncia-se partindo de posições críticas da sua actividade. O anticomunismo era e continua a ser o instrumento das forças imperialistas e reaccionárias na sua luta, não só contra os comunistas, mas também contra os outros democratas e liberdades democráticas. Contando com a ajuda dos partidos anticomunistas, estas forças fazem os possíveis para impedir a unidade do movimento operário e a cooperação das forças democráticas e populares.

Na etapa actual da confrontação ideológica entre o socialismo e o capitalismo é de importância relevante a luta contra diferentes concepções do oportunismo de «esquerda» e do extremismo. O espectro ideológico do oportunismo de «esquerda» e do extremismo é demasiadamente variado. Uns, do campo de pseudo-esquerda, são partidários das ideias do trotskismo e do anarquismo, outros proclamam-se a si próprios partidários do maoísmo, etc. A activização destas correntes é uma das manifestações do agravamento da crise geral do capitalismo, por um lado, e do fortalecimento da luta ideológica a nível internacional,

por outro. Lutando contra os «esquerdistas», os partidos comunistas acentuam a necessidade de saber marcar a diferença entre o oportunismo e os movimentos esquerdistas que lhe são próximos e o protesto, de facto, contra o capitalismo, por parte das camadas não proletárias de inclinações radicais.

As forças interessadas no fortalecimento da cooperação com os países socialistas propagam e defendem activamente as ideias do internacionalismo proletário, da cooperação e da compreensão mútua entre diferentes destacamentos do movimento revolucionário mundial. Partem do princípio segundo o qual a comunidade socialista é o sector-chave do processo revolucionário mundial, seu baluarte e bastião de vanguarda.

Às vezes ouve-se a opinião de que os países socialistas possam «defender-se a si próprios» e que os revolucionários de outros países devam recusar o seu apoio directo para evitar o ataque da propaganda burguesa orientado contra os países socialistas e, ainda mais, tomar uma posição crítica para com os países socialistas. «No mundo ainda há pessoas — disse o dirigente do Partido Comunista da Bulgária, T. Jivkov — que se intitulam a si próprios 'revolucionários' e de tal maneira temem pela sua 'independência' da União Soviética que, receando serem acusados pela burguesia de imitadores, caem numa dependência completa dos pontos de vista burgueses, revelando uma espantosa prontidão para rejeitarem tudo,

inclusive a revolução e a via certa da edificação socialista»[1].

Todavia, a prática provou que caso uma concessão ao oportunismo resulta numa vantagem provisória é que no fim de contas, causará prejuízo à causa do socialismo.

A controvérsia em torno da atitude para com a experiência do sistema socialista mundial aborda inevitavelmente as regularidades gerais do desenvolvimento da revolução e da edificação do socialismo e do comunismo. O saber compreender e aproveitar estas regularidades constitui a base da actividade dos partidos revolucionários. Eis porque a orientação importante da sua actividade ideológica é a elaboração criadora e o aperfeiçoamento da estratégia e táctica revolucionárias. A riquíssima experiência do socialismo mundial é a fonte incessante das ideias revolucionárias.

* * *

A comunidade socialista mundial soube, no decorrer de mais de três decénios da sua existência, resolver uma série de tarefas importantes, visando o aperfeiçoamento das relações dos Estados irmãos e o fortalecimento da sua cooperação. O reforço da amizade, cooperação e da coesão dos países do socialismo é a tendência principal que caracteriza o desenvolvimento da comunidade socialista mundial, passando a ser aproveitadas cada vez mais as reservas que o novo regime possui. O futuro pertence à política da comunidade fraternal dos países socialistas, à política de paz e progresso e de unidade com todas as forças revolucionárias da actualidade.

[1] T. Jivkov. *Problemas da Edificação da Sociedade Socialista Desenvolvida,* Moscovo, 1976, p. 359 (ed. russa).

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão. O nosso endereço é:

Edições Progresso,
Zúbovski bulvar, 17
Moscovo, URSS

ÍNDICE

Introdução 3
I. A Forma'ão do Sistema Socialista Mundial . 5
II. A Família dos Povos Fraternais 59
III. Acções Conjuntas na Arena Internacional . . 100
IV. O Sistema Socialista Mundial e os Movimentos de Libertação 128

A série «Biblioteca de Conhecimentos Políticos» que oferecemos aos leitores, inaugura a edição de livros dedicados aos problemas do desenvolvimento social contemporâneo. Os livros dessa série tratam, de forma acessível das questões relativas ao sistema social, à substituição das formações sócio-económicas e às particularidades do desenvolvimento da revolução técnico-científica nas condições actuais.

Os autores propõem-se analisar os aspectos práticos da edificação socialista, as particularidades da economia, da direcção científica e do desenvolvimento do indivíduo no socialismo, assim como os problemas de luta pela paz e pela coexistência pacífica.

Os livros da presente série vêm a lume em determinada sequência de temas e serão interessantes para todos os que pretendem estudar a teoria marxista-leninista e as questões da prática da edificação do socialismo.

São os seguintes os livros da «Biblioteca de Conhecimentos Políticos»:

1. Plimak E., Volódine A. «Como se Desenvolve a Sociedade»
2. Lopata P. «O Comunismo como Formação Sócio-Económica»
3. Batálov E. «A Teoria Leninista da Revolução»
4. Trepelkov V. «A Crise Geral do Capitalismo»
5. Neznánov V. «Vias de Passagem do Capitalismo ao Socialismo»
6. Pirogov G. «O Sistema Socialista Mundial»
7. Zótov V. «A Doutrina Leninista sobre as Revoluções de Libertação Nacional e a Actualidade»
8. Sobákine V. «Marxismo-Leninismo sobre os Problemas da Guerra e da Paz»
9. Colectivo de autores: «Capitalismo, Socialismo e Revolução Técnico-Científica»
10. Varlámov K. «Gestão Científica da Sociedade Socialista»
11. Smirnov G. «O Indivídio sob o Socialismo»
12. Maksúdov L. «A Luta Ideológica no Mundo Contemporâneo»
13. Pavlenko A. «O Processo Revolucionário Mundial»
14. Guilílov S. «O Programa Leninista de Solução da Questão Nacional»